

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

COMÉRCIO: velhos traumas fragilizam o País nas negociações internacionais

BIOENERGIA: Ignacy Sachs e as condições para que o Brasil abra um novo caminho para a humanidade

RETRATO: São Paulo, centro e periferia

NÚMERO 7 ■ ABRIL 2007 ■ R\$ 12,00



O QUE SERÁ DO SERTÃO?

A LUZ E A MÍDIA CHEGAM AOS ÚLTIMOS GROTÕES

Parabólico BRASIL

As lâmpadas elétricas e as telinhas iluminam os últimos grotões do sertão que Guimarães Rosa descreveu como aquele que “é do tamanho do mundo”. No extremo Noroeste de Minas Gerais, o município de Chapada Gaúcha, paradoxal até no nome, sintetiza um dos maiores desafios brasileiros: desenvolver e preservar. Abrir-se ao mundo e à modernidade, mas sem perder o eixo central.

Na comunidade de Vão do Buraco, a vereda é um oásis cercado de monocultura que avança para todos os lados, seja por terra, seja por ondas de rádio e TV. Estamos em uma verdadeira sociedade de massas, de fenômenos de larga escala, como diz o antropólogo Gilberto Velho, em entrevista nesta edição.

A globalização, o comércio internacional e a crise ambiental a cada dia aumentam a interdependência dos países. E o Brasil somente saberá se colocar nesse jogo de forças quando estiver muito seguro de suas potencialidades, que se mostram como talentos natos na forma da diversidade cultural, natural e humana.

O País é a parabólica capaz de captar todos os sinais à sua volta, e criar uma mensagem local, híbrida, inovadora. Para que deixe de ser a periferia do globo e se torne um centro irradiador, com voz própria – a voz que sai do Brasil mais profundo, aquele que não pode acabar nunca e é do tamanho do mundo.

BOA LEITURA



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETOR Fernando de Souza Meirelles



COORDENADOR Mario Monzoni

EDITORAS FUNDADORAS

Amália Safatle e Flavia Pardini

EDITOR

Flavio Lobo

PROJETO GRÁFICO E EDIÇÃO DE ARTE

Marco Cançado (Banana Biônica Design)

EDITOR DE FOTOGRAFIA

Bruno Bernardi

REVISÃO

José Genulino Moura Ribeiro

SECRETÁRIA EDITORIAL

Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

André Carvalho, Edison Cazeloto, Estevão Monti, Geandré,
Germano Neto, Giuliana Capello, Guilherme Wisnik, Miriam
Homem de Mello, Nelson Perez, Regina Scharf, Samuel Casal
ENSAIO FOTOGRÁFICO
Hilton Ribeiro

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Amália Safatle (MTb 22.790)

PUBLICIDADE

André Almeida / contato@pagina22.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Alameda Itu, 513

01421-000 - São Paulo, SP

(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO

Vox Gráfica e Editora

DISTRIBUIÇÃO BANCAS

Distribuidora Grupo Estado

NÚMEROS AVULSOS E REPARTES CORPORATIVOS:

(11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagv@fgvsp.br

(21) 2559-5535 ou livraria@fgv.br

CONSELHO EDITORIAL

Amália Safatle, Aron Belinky, Flavia Pardini, Gladis
Ribeiro, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Moysés
Simantob, Rachel Biderman, Tarcila Reis Ursini

CONSELHO CONSULTIVO GVces

Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro,
Nelmar Arbex, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio
Esteves, Tamas Makray

PARCEIROS FUNDADORES

ODEBRECHT

Fazendo mais que o possível



Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares

CAPA: GERMANO NETO



12 ENTREVISTA

O antropólogo Gilberto Velho fala sobre os impactos das novas tecnologias da comunicação e as relações entre mídia e sociedade no Brasil

18 CULTURA

A chegada da eletricidade a lugares semi-isolados do extremo Noroeste mineiro evidencia transformações, ameaças e esperanças na fronteira entre a tradição e a modernidade



32 PERFIL

Seguindo a tradição de mestres artesãos, "Seu" Maurício desvenda o segredo da casa ecológica: simplicidade

36 ÁGUA

A qualidade do que se bebe piora, mas não por falta de conhecimento das causas

38 RETRATO

Faces que povoam o Centro Velho, centro e periferia do mundo em São Paulo



46 COMÉRCIO

Desmatamento, posição defensiva em relação ao clima e problemas trabalhistas deixam o Brasil refém de velhos traumas e fragilizado nas negociações internacionais

60 BIOENERGIA

Com tecnologia e um capitalismo reformado, o Brasil poderia abrir um novo caminho para a humanidade, diz Ignacy Sachs

SEÇÕES

8 NOTAS

28 ARTIGO

30 ARTIGO

56 ENSAIO

64 COLUNA

66 ÚLTIMA



MANANCIAS I

Um oásis na **CIDADE**

Está prevista para maio a assinatura dos primeiros contratos para que proprietários de áreas conservadas em mananciais na Região Metropolitana de São Paulo sejam remunerados e, portanto, incentivados a mantê-las neste estado. Será o primeiro resultado concreto do Projeto Oásis, um programa de pagamento por serviços ambientais lançado pela Fundação O Boticário no ano passado e que recebeu doação de US\$ 400 mil da Fundação Mitsubishi.

O projeto abrange a Bacia do Guarapiranga e as Áreas de Proteção Ambiental Capivari-Monos e Bororé-Colônia, que, embora próximas à metrópole, ainda contam com cerca de 40 mil hectares cobertos por vegetação natural. A conservação da vegetação contribui para preservar as nascentes e a qualidade da água.

Cerca de 50 proprietários da região procuraram o Oásis vo-

luntariamente para se cadastrar. Desses, 16 possuem terras nas 28 sub-bacias que, devido a condições geomorfológicas, hidrográficas e de conservação, foram consideradas prioritárias.

As visitas técnicas ainda estão sendo realizadas e, até o fim de abril, o projeto espera divulgar as propriedades que serão apoiadas, recebendo pagamento pelo serviço ambiental que prestam, informa João Guimarães, analista de projetos da Fundação O Boticário.

As propriedades serão escolhidas por meio de avaliação comparativa com base no Índice de Valoração de Mananciais, desenvolvido pela equipe do Oásis. O índice vai ajudar a formar um ranking de propriedades de acordo com características hidrográficas e de vegetação, conta Guimarães. “As que tiverem melhor qualidade ambiental serão as primeiras a receber apoio.” — por Flavia Pardini



ACERVO FBRN

MANANCIAS II

PRÊMIO POR RESISTIR

O apoio do Oásis aos donos de terras em área de manancial será em espécie. O valor máximo previsto para pagamento aos proprietários é de R\$ 2 mil por hectare pelo período de cinco anos — ou R\$ 400 por hectare/ano.

“Alguns proprietários se interessam apenas pelo aspecto financeiro”, diz João Guimarães. Isso porque, devido à legislação que protege os mananciais, os usos econômicos da terra são restritos. Além disso, por lei, é proibido o corte da vegetação em áreas em que a Mata Atlântica se regenera para além da capoeira.

A ameaça aos serviços ambientais prestados pelas regiões conservadas não vem dos proprietários, diz Guimarães, mas da expansão da área urbanizada. “O preço da terra ali é mais barato justamente pelas restrições legais e pela falta de infra-estrutura”, afirma. Assim, a remuneração oferecida pelo Oásis pode ajudar os proprietários a manter a terra, em vez de vendê-la.

“Mas há também quem esteja preocupado com a conservação de áreas naturais de sua propriedade”, revela o analista. Os que forem selecionados pelo Oásis, se concordarem com os termos, poderão assinar contrato de 5 anos em que se comprometem a conservar, enquanto o projeto se compromete a premiá-los por isso. O prêmio vai, indiretamente, para toda a sociedade. (FP)



— SIM, MEU FILHO, ESSA É A FAMOSA FONTE OFICIAL!

ÁGUA I

EMBAIXO DA TERRA

Nem só de mananciais vive o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. “Somos reféns da água subterrânea”, lembra Ricardo Hirata, pesquisador do Instituto de Geociências da USP. Segundo ele, no ano 2000, além dos 64 mil litros por segundo oriundos de corpos d’água superficiais, a cidade consumia 8 mil litros por segundo retirados do subsolo por poços artesianos. “É uma quantidade que faz falta.”

Tanto a premissa é verdadeira que, de acordo com Hirata, as águas subterrâneas tornaram-se um ponto prioritário na revisão do Plano da Bacia do Alto Tietê, em curso atualmente. A razão pela qual as pessoas optam por usar a água subterrânea é límpida, diz o pesquisador: “Para diminuir a conta de água”. Os grandes perfuradores de poços artesianos são os condomínios habitados por pessoas com renda nas faixas A e B.

A partir do volume de água saído dos poços na região metropolitana, Hirata faz uma conta simples. Se para receber água da rede, um condomínio paga R\$ 2 por metro cúbico — a tarifa é escalonada e pode chegar a até R\$ 8 —, os 8 mil litros por segundo bombeados pelos poços na cidade somam R\$ cerca de 500 milhões por ano. “É o que se deixa de pagar”, resume o pesquisador. (FP)

ÁGUA II

QUEM ASSINA?

Na investigação sobre as águas subterrâneas da região metropolitana, o pesquisador Ricardo Hirata tentou responder uma pergunta que ronda a comunidade científica: quanto de água a Bacia do Alto Tietê pode dar? No caso das águas subterrâneas, com a perfuração estimada de cerca de 500 poços por ano — e um total aproximado de 10 mil poços em operação atualmente —, a questão é: até quando haverá água suficiente no subsolo?

A pesquisa revelou que o nível da água se mantém, apesar da exploração via poços, dos quais se estima que 70% não tenham recebido outorga do Departamento de Águas e Energia Elétrica. “O maior recarregador do aquífero é a Sabesp”, diz Hirata.

O estudo mostrou que a assinatura isotópica (medida de acordo com a massa atômica das moléculas de oxigênio) da água da rede da Sabesp é diferente da água de recarga natural. Em poços localizados no centro expandido de São Paulo, cerca de 60% da água tem a assinatura da rede da Sabesp. Segundo Hirata, referem-se às perdas que a empresa sofre nos processos de distribuição de água tratada e de coleta de esgoto.

Apesar dessa recarga “artificial”, a perspectiva para a bacia não é boa. “Há áreas com intenso bombeamento”, afirma Hirata. “E outras que ainda podem ser exploradas.” Segundo ele, para evitar o desperdício decorrente da exploração desordenada, é fundamental a participação dos usuários. “Se cada um pedir o registro de seu poço, fica mais fácil de gerir, de saber quanto a bacia pode dar para cada um.” (FP)



CARLOS FONTE

TRATADOS GLOBAIS I

UMA MÃOZINHA DO CFC

Vinte anos depois de sua assinatura — e 18 após entrar em vigor — o Protocolo de Montreal tem o que comemorar. Além de contribuir para a queda das emissões mundiais de clorofluorcarbono (CFC), ajudou a conter o aquecimento global. Bem mais do que seu “primo rico”, o Protocolo de Kyoto.

A redução das emissões de CFCs desde 1987 removeu da atmosfera o equivalente a 11 bilhões de toneladas métricas (1.000 quilos) de CO₂, ou 0,55 bilhão de toneladas por ano, revela um estudo coordenado por Guus Velders, da Agência de Avaliação Ambiental da Holanda.

Para que tivesse o mesmo efeito, o Protocolo de Kyoto precisaria de metas de redução das emissões de gases de efeito estufa cinco

vezes mais restritivas. Com as metas atuais, mesmo com a participação de grandes emissores como os EUA, Kyoto removeria 0,25 bilhão de tonelada métrica de CO₂ por ano da atmosfera, se fosse cumprido à risca. Os CFCs podem armazenar de 5 mil a 14 mil vezes mais calor do que o CO₂.

Antes do estudo dos holandeses, sabia-se que os CFCs atuam como gases de efeito estufa, mas não havia estimativas de quanto contribuiriam para o aquecimento global. O estudo mostra também que “as coisas são possíveis em um tratado global”, disse Velders à imprensa.

O Protocolo de Montreal estabelece um cronograma para que os CFCs deixem de ser produzidos e utilizados. Seu uso mais comum, e amplamente difundido até os anos 90, é como refrigerante em aparelhos de ar condicionado e *sprays*. Os únicos países que não ratificaram o protocolo são Andorra, Iraque, San Marino, Timor-Leste e o Vaticano. (FP)

TRATADOS GLOBAIS II

AGORA É A VEZ DO HCFC

Apesar do sucesso do Protocolo de Montreal, os esforços para conter o buraco na camada de ozônio e o aquecimento global podem ser postos a perder — graças ao aumento da renda e um *boom* na demanda por ar condicionado em países em desenvolvimento. Ali, os aparelhos usam substâncias refrigerantes banidas na Europa e que o serão em breve nos EUA.

A principal é o HCFC-22 (hidroclorofluorcarbono), cujo uso em países desenvolvidos deve ser descontinuado, segundo o protocolo, até 2020. Mas as nações em desenvolvimento podem usar até 2040. Embora menos danoso à camada de ozônio do que os CFCs, o HCFC-22 é um potente gás de efeito estufa. É preferido a outras substâncias que evitam dano à camada de ozônio por ser mais barato e fácil de usar.

Espaço para que o uso do HCFC-22 cresça não falta. Na Índia, por exemplo, estima-se que somente 2% das residências disponham de ar condicionado, e um impos-

to sobre esses aparelhos foi recentemente reduzido à metade.

A China é a maior fabricante de aparelhos de ar condicionado do mundo e tem pouco incentivo para substituir o HCFC-22. Pelo Protocolo de Kyoto, os países em desenvolvimento podem receber créditos de carbono ao reduzir as emissões decorrentes da produção de aparelhos que utilizam

o HCFC-22. Mas não por substituírem essa substância por outras menos danosas.

No Brasil, o HCFC-22 também é utilizado. O País, junto com a Argentina, apresentou proposta para antecipar sua erradicação nas nações em desenvolvimento para 2030. O tema será debatido na 19ª Conferência das Partes do Protocolo de Montreal, prevista para setembro. (FP)



LANÇAMENTO

O QUINTAL DA HUMANIDADE

Quando Emília se pôs a escrever a autobiografia, disse que não escreveria, mas “mentiria” suas memórias. Pois quem escreve sobre si mesmo tem um pé de enganação, escreveu Monteiro Lobato, em *Memórias da Emília*. O próprio Lobato, que agora completaria 125 anos, escaparia dessa armadilha. Sua biógrafa, a jornalista e historiadora Marcia Camargos, prepara mais um lançamento sobre a vida do escritor, desta vez com base em depoimentos e “causos” contados pela neta Joyce, que o chamava carinhosamente de Juca.

Em *Juca e Joyce*, obra a ser lançada em 19 de abril, em São Paulo, pela Editora Moderna, a neta mostra o avô em sua intimidade: guardava pedaços de rapadura no bolso do paletó, lia um dicionário de A a Z e mantinha o pijama por debaixo do terno nos dias frios. Condiz com o que Lobato afirmava: “As memórias são a alcova, as anáguas, as chinelas, o penico, o quarto dos criados, a sala de jantar, a privada, o quintal da humanidade, a grande humanidade com *h* minúsculo”.

Trata-se da mesma humanidade que Lobato um dia sonhou transformar pelas mãos das gerações futuras, como a da “filha” Emília e da neta Joyce, acreditando que romper com velhos paradigmas só seria possível pela atitude corajosa e transgressora das crianças. (AS)

CONSUMO

CONSCIÊNCIA À PROVA

O número de consumidores conscientes em 2006 pouco mudou em relação a 2003, e o de “engajados” diminuiu, segundo a última pesquisa lançada pelo Instituto Akatu. Mas, antes que se lamente a notícia, o diretor-presidente da entidade, Hélio Mattar, faz algumas considerações.

Em uma amostra de 1.275 entrevistados em 11 capitais, os conscientes passaram de 6% para 5%, e os “engajados” caíram de 37% para 28%. Na classificação utilizada pelo Akatu, os conscientes adotam 11 de 13 comportamentos-chave, tais como apagar as luzes em ambientes vazios e comprar produtos orgânicos; e os engajados seguem de 8 a 10 comportamentos.

Mattar pondera que, apesar de a temática ambiental estar mais difundida, o consumo consciente ainda é um fenômeno recente e muito suscetível a fatores conjunturais, que mudaram sensivelmente de lá para cá.

Em 2003, a coleta de dados foi feita em meio ao apagão elétrico e campanhas restritivas ao consumo, o PIB foi negativo e as taxas de juro eram altas. Depois, o racionamento foi esquecido, o PIB subiu e os juros caíram. “Os números da última pesquisa mostram que ser consciente hoje é ser consciente de fato, pois as circunstâncias jogam contra”, afirma.

Interessados em conhecer seu “grau de consciência” podem acessar www.akatu.net →centro de referência→indicadores. - por Amália Safatte

GESTÃO AMBIENTAL

SEM BLABLABLÁ

Criado para promover uma ponte entre a gestão empresarial e os temas ambientais, o Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Engema) prepara sua nona edição, a ser realizada entre 19 e 21 de novembro em Curitiba. O prazo para a entrega de trabalhos que serão selecionados para o encontro encerra-se em 10 de abril.

Segundo José Carlos Barbieri, um de seus fundadores e atual coordenador científico, o Engema é o único evento exclusivamente acadêmico *strictu sensu* de gestão ambiental no Brasil. Os trabalhos passam por um crivo de cerca de 70 avaliadores, todos doutores. “Não se trata de um evento feito com palestras, em que o expositor fala o que quer e faz propaganda das empresas. É um encontro que promove visão crítica, acadêmica e bem fundamentada”, afirma.

O Engema é realizado pelo Departamento de Administração da FEA/USP e pelo Centro de Estudos de Administração e do Meio Ambiente da FGV/EAESP. Maiores informações: <http://engema.unicenp.edu.br/> (AS)

Recepção E RESPOSTA

■ ■ ■ POR FLAVIO LOBO

PÁGINA 22: Qual o potencial democratizante das novas tecnologias de comunicação?

GILBERTO VELHO: Em uma sociedade complexa como a nossa, não há tradições isoladas. Temos uma noção, em antropologia, que fala de correntes de tradição cultural. Elas não só são dinâmicas, se deslocam, como estão se cruzando, se encontrando. Podem se encontrar harmoniosamente ou o

encontro pode ser conflitivo para a sociedade. A sociedade não é só continuidade, estabilidade, ao contrário do que alguns pensadores conceberam. É repleta de conflitos de todas as espécies, de opinião, pontos de vista. Isso não é sinônimo de violência, mas o conflito pode até chegar à violência, algo que o Brasil vive intensamente. As novas tecnologias, como o rádio, do início do século XX, mudam muito os padrões de comunicação. O rádio teve uma evolução extraordinária, pessoas espalhadas por um território gigantesco passaram a ter acesso a informações, programas, a um tipo de cultura a que não tinham acesso. A televisão, no final dos anos 40 e início dos 50, foi mais um grande movimento na direção de transformação e introdução de informações. Agora, é importante não exagerar. Acho que em um determinado momento se superestimou a idéia do impacto da comunicação da cultura de massa. Porque ela, seja pela televisão, seja pelo rádio, não encontra "tábula rasa", mas correntes dinâmicas de tradição cultural, que tanto não eram estáticas que foram capazes de lidar, de alguma maneira, com essas inovações, essas novidades.

Professor titular de Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Gilberto Velho é um dos principais investigadores e intérpretes da cultura brasileira contemporânea. Especialista em culturas urbanas e sociedades complexas, tem sido articulador e incentivador de um diálogo mais estreito e permanente entre diferentes áreas das ciências humanas. Fazendo uma pausa na análise dos textos de uma nova coletânea de artigos sob sua coordenação, intitulada *Rio de Janeiro: Cultura, Política e Conflito*, cujo lançamento, pela Jorge Zahar Editor, está previsto pra outubro, Gilberto Velho fala sobre os impactos das novas tecnologias da comunicação e a respeito do que há de novo nas relações entre centro e periferia, mídia e sociedade no Brasil de hoje.

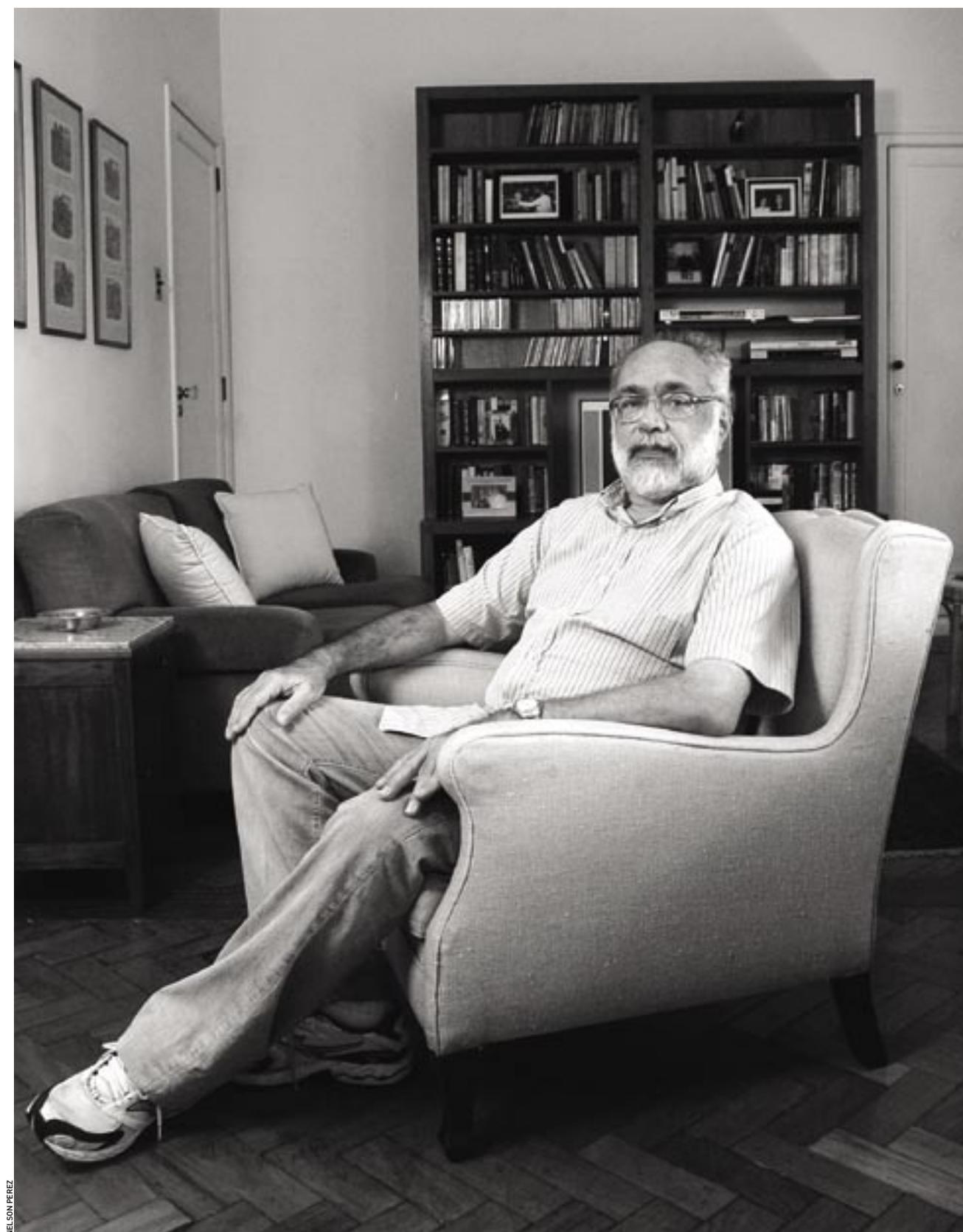
uma antena de televisão na aldeia. E tinha um programa que todo mundo parava para assistir. Todos os índios, homem, mulher, criança, velho, se reuniam para ver o seriado *Dallas*. Mas por que *Dallas*? Depois de uma discussão, especulações — os antropólogos podem ter forçado um pouco a barra, é verdade —, chegou-se à conclusão de que uma trama sobre relações de parentesco, vingança, incesto trazia temas familiares ao universo cultural daquele grupo.

22: Há quem veja a mídia de massa e a indústria cultural como agentes a destruir implacavelmente culturas tradicionais, como se fossem tratores a desmatar florestas. Trata-se de uma visão simplista?

GV: Eu acho. As pessoas trazem consigo tradições, são portadoras de cultura, mas não portadoras passivas. É importante a relação entre indivíduo e sociedade. Os grupos e os indivíduos estão sempre interpretando o que vêem na televisão, o que ouvem no rádio, e também o que vêem pela internet. E não vão interpretar de uma

22: Há exemplos, extraídos da pesquisa antropológica, desses encontros de correntes culturais propiciados pelas tecnologias da informação?

GV: Um colega, etnólogo, fazia pesquisas com um grupo indígena bastante isolado na Amazônia. O grupo tinha estabelecido contato havia pouco tempo, a maioria não falava português, e uma das primeiras coisas que aconteceu foi a instalação de



NELSON PEREZ

mesma maneira. Mesmo que a internet tenha um papel universalizante, introduza uma tecnologia que chegará praticamente a todos e permitirá que se descubram coisas em comum, essa tecnologia, ao contrário de outras, dá a possibilidade de uma reinvenção. Se na televisão e no rádio as pessoas não podiam ouvir do modo que queriam, essa tecnologia de agora permite uma certa liberdade, não absoluta, evidentemente, mas uma liberdade de fazer suas combinações, suas sínteses. Juntando, não de uma maneira onipotente, porque ninguém está desprovido de fronteiras, todos estão situados em determinados mapas sociais e culturais.

22: Mapas e fronteiras sociais ficam realmente mais flexíveis com a internet?

GV: Eles podem assumir novos desenhos, sem necessariamente se flexibilizar. Uma coisa importante seria identificar esses mapas sociais e descobrir quem combina o que com quê. Quem vai buscar música clássica, quem vai buscar senhoras despidas em situações de maior intimidade, quem vai ver show de rock, quem vai ver jogo de futebol, quem vai ler Cícero. Outro dia eu estava lendo Cícero em latim na internet. Quem é que vai buscar Cícero na internet? Pesquisadores, acadêmicos, pessoas como eu. Mas posso buscar outras coisas também, posso buscar as senhoras em situação de certa intimidade, nada impede. É claro que diante de novas possibilidades também posso mudar os meus hábitos. Assim como as pessoas, as culturas, as correntes de tradição cultural mudam. Mas não a ponto de se anular, desaparecer. Então, as mudanças podem ser mais aceleradas, ou podem corresponder a uma continuidade, com alterações de ritmo, onde coisas permanecem, há algo por baixo que se mantém. A idéia de que a sociedade está sempre mudando deve ser de algum modo relacionada à idéia de que ela também tem elementos e mecanismos que a constituem, que a singularizam. O que faz com que desde concepções mais amplas – cultura francesa, cultura eslava, cultura chinesa – até dimensões menores – cultura da juventude, cultura militar, cultura estudantil, cultura da igreja – possam fazer sentido. São vários planos e dimensões, mas você pode fazer vários recortes.

22: O senhor fala em um potencial de mudança, mas não necessariamente de maior flexibilização. O que isso quer dizer?

GV: É claro que existe democratização. Mas é importante lembrar que essas possibilidades, de ter acesso, fazer combinações, têm limite socioeconômico. No Brasil, a proporção de pessoas que têm acesso direto à internet, por exemplo, é pequena comparada a outros lugares do mundo. Está em torno de 15%, 20%, não é? Há uma vasta quantidade de pessoas que não têm esse tipo de possibilidade. Por outro lado, por mais flexíveis que sejam as possibilidades da internet, também há limites que são construídos por pessoas, por terem determinadas tradições culturais. O potencial de democratização não deve ser panfletado como uma homogeneização e um igualitarismo. É mais interessante um tipo de democratização que abra espaço para diversos temas, para uma multiplicidade de interesses, e isso tem acontecido de fato. Mas não vamos cair na onipotência de ignorar que existe um limite, que é dado pelas tradições, pelas correntes culturais, pela estrutura social, pela distribuição de poder – essas variáveis não são anuladas. Se não corre-se o risco de achar que, uma vez tendo acesso a computadores e internet, as pessoas estão livres da opressão familiar, dos limites impostos pelo Estado, atravessam o planeta livremente o tempo todo. É claro que a comunicação é muito melhor, muito mais rápida. Hoje, desde 8 da manhã, troquei três ou quatro mensagens com um colega em Londres, outro em Los Angeles. Somos acadêmicos, estamos discutindo um seminário – há por trás disso uma estrutura universitária, certos conhecimentos e premissas comuns. Ou seja, existem grupos que podem se comunicar de maneira mais efetiva porque compartilham determinados pontos de vista, determinada socialização básica, e outros, não. Continuarão existindo barreiras, impossibilidades de comunicação.

22: Isso pode levar ao fenômeno inverso, a formação de clubes fechados, por exemplo?

GV: Em alguns casos, pode até aumentar as diferenças, produzindo novos tipos de elite, de vanguardas, de pessoas que são capazes de construir códigos novos, de reinventar e fechar para os outros. Uma coisa até esoté-

Estimativas exageradas do potencial das novas tecnologias podem levar ao abandono de políticas necessárias

rica, o desenvolvimento de cultos esotéricos, em que só poderiam ter acesso àquele tipo de informação pessoas que preencham determinados requisitos. Requisitos estéticos, políticos, culturais. *Taste culture*, a cultura do gosto, é uma noção importante. Existem milhares de culturas de gosto. É interessante ver como as pessoas convivem com essas culturas, e o que combina com o quê. No exemplo americano, alguém que gosta de Mozart e de heavy metal, ou alguém que gosta de pintura impressionista e baseball. Ou, aqui, alguém que goste de samba e pagode e seja especialista em Graciliano Ramos. É possível, são culturas do gosto. A idéia de que as possibilidades são múltiplas é interessante, em termos de desfazer certas premissas sobre fronteiras cristalizadas. E tem a coisa da transgressão, as pessoas lidam com culturas em que a transgressão está envolvida, onde você tem desde a pedofilia até coisas menos graves.

22: Segundo um psiquiatra paulistano, há 20 anos um pedófilo tratava-se, em geral, de alguém que se considerava um monstro ou que, pelo menos, achava aquele seu impulso algo ruim, que deveria ser tratado, reprimido. Agora ele encontra um membro de uma comunidade internacional, que tem à disposição uma rede de afirmação daquela identidade. Esse seria um exemplo radical dessa multiplicidade de estilos de vida?

GV: Sem dúvida. É claro que existe uma socialização através da construção de redes. A noção de rede é fundamental. As redes, em princípio, são dinâmicas, supõe-se que atravessam barreiras, espaços materiais e simbólicos bastante significativos, e aí vem também um pouco da idéia de democratização. Mas eu insisto que ela deve ser relativizada, contextualizada. Anos atrás, quando houve uma onda de encher as salas de aula pelo Brasil afora com computadores, sem que os professores tivessem um salário decente, com os colégios desmoronando, era um despropósito. Essa idéia das novas tecnologias da informação e da comunicação como uma grande revolução progressista para humanidade, calma lá! O potencial positivo é imenso, mas certamente tem um lado de exclusão, e estimativas exageradas dos seus efeitos, abandonando providências políticas que poderiam ter significado e

feito muito importantes, necessárias. Um exemplo fundamental é o caso brasileiro, onde mais importante que tudo é preparar pessoas, termos melhores condições, salários, e dar condições de ensino aos alunos. Senão é uma grande ilusão. Uma vez criadas essas condições básicas, esplêndido, que venham os computadores. Mas não é o computador que vai produzir a boa escola.

22: Ficou muito fácil produzir, distribuir e vender música. No Pará, por exemplo, em qualquer esquina de Belém se encontra em um camelô CDs com 90, 100 músicas em MP3.

GV: É impressionante. E você mistura, pega o Frank Sinatra, junta com samba, e faz outra coisa. É a reinvenção. A Regina Casé tem mostrado um pouco isso, no *Central da Periferia*. É um programa impressionante. Uma aluna minha fez um trabalho sobre carreiras de músicos da Baixada Fluminense. Existem escolas de música que têm lá suas correntes de tradição cultural, e eles têm acesso à internet, sintetizam, produzem.

22: Conseguem se manter economicamente, existe uma rede que independe da grande indústria cultural?

GV: Digamos que eles se viram. Tocam em determinados lugares, têm outro emprego, mas participam de uma atividade musical e cultural muito intensa, é de fato fascinante. E isso leva a uma questão absolutamente interessante, que percorre essa conversa, que é a noção de autoria, quem é o autor. Você entra em uma página em que todo mundo pode mexer, cada um entra, diz o que acha, mistura tudo. E aí quem é o autor? Esse movimento antiautoria também é uma coisa complicada. A noção de autoria está ligada a uma determinada produção cultural, a valores ideológicos, à noção do indivíduo criador, até à noção do gênio, em certos casos. Uma outra senhora que trabalhou comigo fez um estudo sobre Bezerra da Silva. O Bezerra da Silva era um intérprete. Os autores das músicas que ele interpretava eram anônimos. Não que ele escondesse, mas quem eram aqueles autores? Geralmente pessoas do morro, da favela, das comunidades. Era ele o grande, o intérprete. É outra coisa comparar a interpretação da *Nona Sinfonia* de Beethoven regida

A mídia de massa não encontra tábula rasa, mas correntes dinâmicas de tradição cultural

Vivemos em uma sociedade de massas, de grande escala. Não é mais como nos tempos da Bossa Nova

pelo Bernstein. Mas é o Beethoven. E a interpretação do maestro faz com que ele seja, de algum modo, co-autor. Agora, no mundo da internet, em que há a possibilidade de combinar todos esses CDs e DVDs, realmente muda muito.

22: É possível imaginar aonde isso vai levar?

GV: Não sei se é possível prever para onde vamos. Acho que devemos ter mecanismos de defesa da autoria, de marcas originais, estabelecer certos limites. Mas as possibilidades de controle são muito limitadas. A parte dura dessa revolução do computador, da informática, é como se perdeu o controle dos limites que as pessoas imaginavam que tinham. Todo mundo hoje em dia pode produzir fenômenos extraordinários, como a eleição, em 2004, do presidente espanhol José Luis Zapatero, depois da tentativa do seu antecessor, José Maria Aznar, de atribuir aos bascos o ataque terrorista que aconteceu em Madri. O Zapatero venceu por causa de uma mobilização social pela internet, com as pessoas denunciando a manipulação eleitoral do atentado. Mas há outras dimensões, como a invasão de privacidade. O garotão transa com a menina e depois coloca a transa na internet. Pode ter a aceitação da jovem, mas às vezes não. E como é que fica a lei neste processo? Como estar na frente do seu computador fazendo alguma coisa e choverem mensagens sobre as quais você não tem controle – não é só o lixo, pode ser desde propaganda política até proposta indecente? Quais são os limites da privacidade? De novo a questão do indivíduo. Por um lado parece esplêndido, faço minhas redes, vou pro Orkut, consulto o Google, e do outro lado tem isso.

22: Há pressão para que as pessoas mantenham os canais abertos, estejam sempre on-line, respondam o mais rápido possível.

GV: Outra pergunta é o que as pessoas deixam de fazer quando estão on-line. Não tenho a visão de que as pessoas vão ficar presas, não vão se interessar por outros assuntos. Pode até ser que descubram, tenham acesso a esses outros assuntos. É a questão da sociabilidade. Tenho uma outra aluna que faz uma pesquisa sobre a *lan house* em Porto Alegre. Os adolescentes passam o dia na *lan house*, a

escola é perto e eles fogem para lá. E o que estariam fazendo se não estivessem lá, em termos de julgamento de valor? Será que estariam fazendo coisas melhores, mais interessantes para eles, para a comunidade, para a sociedade? É um mundo altamente complexo, com "n" possibilidades, em que podem acontecer as mais diversas coisas, justamente porque as interpretações são muitas e as possibilidades de se desenvolverem *taste cultures* diferenciadas são grandes. Mas com muitas direções. Certamente não se pode dizer que seja uma coisa apenas progressista, civilizatória e democrática.

22: A Bossa Nova e o Tropicalismo faziam uma certa releitura, partindo do que vinha da cultura popular. Atualmente, o hip-hop, o funk são produzidos na periferia e consumidos diretamente pela juventude de classe média. Existe uma necessidade menor de intermediação?

GV: No tempo da Bossa Nova havia figuras mediadoras mais claras. Mas a mediação sempre existe. No caso do funk, o (*antropólogo e pesquisador musical*) Hermano Vianna tornou-se amigo de um DJ famosíssimo. Quando fez a dissertação de mestrado dele, 20 anos atrás, ninguém sabia o que era *funk*. Veio falar comigo, pedi que me explicasse e ele me disse que todo fim de semana tinha 1 milhão de pessoas dentro do *funk*. Um milhão me convenceu plenamente de que era um fenômeno importantíssimo. Um dia, durante a pesquisa, o Hermano estava levando uma guitarra elétrica e eu disse que ele estava interferindo. Mas eram eles que estavam pedindo. Então é uma negociação com idas e vindas. Você tem mediadores. E tem uma maior intensidade, uma frequência maior. Aqui no Rio é diferente de São Paulo, a ida ao morro não era uma coisa tão extraordinária assim. Mas também mudou. Tem baile *funk*, baile do morro em que se encontram brancos de classe média, e baile *funk* de branco na Zona Sul. O *funk* entrou no circuito. Continuam existindo o baile da Rocinha, o do Chapéu Mangueira, onde vão brancos de classe média, mas também tem o baile da classe média. Assim como teve o forró, que fez sucesso em lugares de entretenimento da Zona Sul. As fronteiras não desaparecem, elas são negociadas, mas se mantêm. Existe uma troca cultural forte no Rio,

desde muito tempo, encontros de Pixinguinha com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Essa é uma relação antiga entre níveis de cultura, culturas populares, de elite, eruditas. E se destacam em alguns momentos essas figuras-chave como mediadores. O que estamos vivendo, mais do que nunca, é uma sociedade de massas, os fenômenos são todos em grande escala. Não é como nos tempos da Bossa Nova. Uma moça, em Copacabana, é apresentada em um show a um compositor, convidado para ir à casa dela, os pais acham ótimo, e pessoas se juntam, ficam tocando... Zé Kéti, Nara, Danuza... Cresceu muito a sociedade, fisicamente. É mais complexa sociologicamente, culturalmente e demograficamente. Os bailes são enormes, multidões. E que tipo de música é música de multidão? É isso.

22: E o discurso sobre a violência que vem por meio do funk e do hip-hop? No começo, em São Paulo, houve reação, as pessoas achavam aquilo apologia ao crime. Depois viram que não era tão simples.

GV: Aqui também houve. No fenômeno dos arrastões na praia, havia acusações de que eram galeras "*funkeiras*". E existe o "proibidão", que faria a apologia do crime. Mas isso é um movimento, existem vários tipos de manifestação. Outro raciocínio é pensar o que as pessoas estariam fazendo se não estivessem no baile *funk*. É um movimento intenso de sociabilidade, de criatividade. Não dá para dizer que não existem elementos e aspectos associados à violência, porque em muitos desses lugares são os bandidos que patrocinam. Isso faz parte de um universo mais amplo, onde estão presentes os traficantes. Vai desde atividades filantrópicas, que eventualmente eles fazem, até promover a organização de bailes *funk*. É um lugar de sociabilidade, de intensa atividade erótico-sexual. Não vou usar termos mais antigos, galanteios. É lugar de "pegação" mesmo, pesada. Há mais uma aluna que está fazendo um trabalho sobre meninas de classe média que subiram o morro, e namoraram por algum tempo jovens, afro-descendentes na maioria dos casos, alguns ligados ao tráfico. Fascinadas pelo mundo do *funk*. Mas isso não torna o *funk* uma explicação para violência. O mundo das favelas, da periferia, é um mundo violento. Não é resultado do *funk*. Ele é uma manifestação musical, cultural, que fala de um cotidiano, de temas violentos.

22: É a manifestação de uma corrente de tradição cultural?

GV: No Brasil, o poder público não consegue controlar coisas elementares, não consegue entrar para coletar lixo. Existe, inegavelmente, a violência, e está piorando cada vez mais. A sociedade brasileira é violenta por natureza, existe uma cultura da violência disseminada, e que está se tornando uma dimensão de cultura da crueldade. O exercício da crueldade pode ser uma exibição, uma afirmação, ligado a um grande ressentimento da situação social. Mas isso não é justificável simplesmente pela ausência de recursos básicos para sobrevivência, porque, na maioria das vezes, são pessoas não tão pobres, que desenvolvem certas aspirações de consumo, que você vê envolvidas nessas histórias mais terríveis. Vendo as fotos desses jovens envolvidos na morte do menino João Hélio, são jovens "sarados", com tatuagens, têm família. Há um trabalho que mostra que esses jovens frequentam o shopping. O objetivo deles, com esses papéis mais ou menos transgressores, é poder ir ao shopping comprar tênis, camisa. E se vêem esses jovens, quando presos, vestidos desse jeito. Não é a revolta dos famintos. É uma sociedade complexa, que gera aspirações frustradas, em grande parte. E é um mundo de consumo. O *funk*, entre outras coisas, expressa isso.

22: Durante a campanha de reeleição do presidente Lula, em muitos momentos a mídia explicitou grande incompreensão quanto à popularidade dele. Isso revela um fenômeno novo na relação mídia-sociedade, centro-periferia?

GV: Acho que o governo Lula tomou medidas indiscutivelmente importantes. Por mais crítica que se faça ao Lula, que seja ele paternalista etc., o fato é que melhorou, quebraram-se algumas barreiras. Por outro lado, não se podem alimentar fantasias de que foi simplesmente um grande avanço democrático. Foram feitas alianças com oligarquias. Se, de um lado, atendeu camadas populares, mais pobres, como no Bolsa Família, por outro, deixou-se de lado uma certa ortodoxia de esquerda petista. Lula foi politicamente pragmático e se aliou a oligarquias, a Sarneys e Barbalhos, por exemplo. Esse é um jogo complicado. ■

A sociedade brasileira é violenta por natureza, e a cultura da violência está se tornando também a da crueldade



BIG BROTHER

no sertão de Antônio Dó

A CHEGADA DA ELETRICIDADE A LUGAREJOS DO NOROESTE MINEIRO EVIDENCIA AMEAÇAS, TRANSFORMAÇÕES E ESPERANÇAS NA FRONTEIRA ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

✦ POR FLAVIO LOBO
FOTOS GERMANO NETO

Às três horas da tarde da sexta-feira 16 de março, uma pequena carroça puxada por uma parrelha de bois estaciona em frente à casa de “seu” Joaquim Gomes. “Ageladeira chegou!”, anunciam. Enquanto quatro homens suam para levar o eletrodoméstico para dentro da casa, dona Rosa, mulher de Joaquim, resume sua principal expectativa em relação ao novo utensílio: “Ah, agora a gente vai ter água gelada!”

Estamos dentro de um cânion atravessado por veredas, no extremo noroeste de Minas Gerais, perto das divisas com Goiás e Bahia, em um município com o curioso nome de Chapada Gaúcha. Cerca de cem metros abaixo do nível do solo em que se assenta a cidade, vivem 70 famílias, distribuídas por uma área de 30 mil hectares, em três comunidades: Vão do Buraco, Buraquinhos e Barro Vermelho. A área é de difícil acesso, mas aqui não faltam água e terra propícia a pequenas roças, suficientes para a população local.

Vão do Buraco, onde vive a família de seu Joaquim, é a localidade mais conhecida. Foi descrita por João Guimarães Rosa no *Grande Sertão: Veredas* como lugar situado “diante da contravertência do Preto e do Pardo” (referência a dois rios da região), onde “se forma calor de morte” e cuja gente “rói rampa”. Riobaldo, o protagonista-narrador do romance, preferiu não descer para o Vão, por receio de doenças que infestariam o local.

Mas, no ano passado, exatos 50 anos depois do lançamento do romance, quem desceu as rampas do cânion foi a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), com o incentivo federal do programa Luz para Todos. “O pessoal dizia que iam fazer, mas a gente duvidava. Vão nada!”, conta seu Joaquim, que passou a maior parte da vida trabalhando como boiadeiro e hoje está aposentado.

“A obra não foi fácil”, lembra Paulo, filho de seu Joaquim e dona Rosa. “Só se chega aqui a pé, a cavalo, de carroça e, quando não chove, de carro ‘traçado’ (com tração nas quatro rodas).” Mas os postes e fios chegaram e a primeira lâmpada se acendeu, na Escola Municipal São João, em frente à casa de seu Joaquim, em 4 de maio de 2006.

Em forma de luz, a modernidade chegou definitivamente a um dos mais recônditos, e até então preservados, lugarejos de um sertão descrito como entidade infinita e mítica em uma das maiores obras da literatura nacional. Mais uma situação fronteiriça numa região que sintetiza alguns dos mais importantes encontros, contrastes e conflitos do Brasil contemporâneo.

Fronteiras que se revelam ao viajante na visão de uma cerca de madeira e arame. A separar, de um lado, o Cerrado protegido no interior de um parque nacional de 230 mil hectares, com suas mais de 600 espécies vegetais já descritas mais outras centenas de tipos de animais, e, do outro, um oceano de capim que se estende pela planície até onde o olhar alcança. Ou, de forma não menos desconcertante, em uma festa anual, chamada de Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Evento que oferece espetáculos inusitados. Como pequenos grupos das comunidades da região apresentando ritmos, danças e cantos tradicionais — catira, lundum, tamanduá, sobe-no-pau, cacete... — sobre um palco

CONTRASTES: O CERRADO É SEPARADO DA MONOCULTURA POR UMA PEQUENA CERCA, A DELICADA CIRANDA É APRESENTADA EM UM MEGAPALCO

de proporções metropolitanas, cujo telão exibe clipes de duplas caipiras paulistas e do Calypso paraense. Isso quando as caixas de som, dignas de grandes shows de rock, não fazem tremer o chão de terra da praça com a batida impiedosa da música eletrônica.

Eletrônica que agora vai ganhando espaço nas residências dos Buracos na forma de aparelhos de som e televisões conectadas a antenas parabólicas. “Atualmente já existem cinco televisões nos Buracos. Muita gente, principalmente o pessoal mais novo, vai assistir na casa do vizinho”, conta Paulo.

SANSÃO SERTANEJO

“Eu sou mais do rádio”, diz dona Rosa, explicando por que não faz questão de TV. “Televisão é uma coisa muito barulhenta”, completa Seu Joaquim, depois do jantar, enquanto enrola um cigarro na palha do milho do quintal preparando-se para contar histórias do justiceiro Antônio Dó e outras figuras lendárias da região. Sobre a cabeça de seu Joaquim, nos troncos de madeira apoiados nas paredes de taipa, que sustentam a cobertura de palha da cozinha, pendem pedaços de carne postos para secar da maneira tradicional.

Enquanto isso, a cerca de 300 metros, Adão e Ana Paula, dois dos oito filhos de Seu Cipriano, irmão de seu Joaquim, reúnem-se, com meia dúzia de vizinhos, diante de uma TV instalada na sala, perto da geladeira, que, além da água gelada, já guarda carne.

“A gente gosta mais das novelas. A que eu prefiro é *O Profeta*”, conta Ana Paula, de 19 anos, que trabalha e conversa na cozinha com duas vizinhas. Maria Joana, que tem a mesma idade, diz que, ao contrário dos turistas, não acha nada especialmente bonito no Vão do Buraco. “Eu queria morar na cidade. Acho cidade bem mais bonito”, compara. As duas amigas só cursaram até a 5ª série do ensino fundamental, pois, contam elas, não tiveram como se mudar para a cidade de Chapada Gaúcha, uma necessidade para os que querem seguir estudando.

E o *Big Brother Brasil*, tem boa audiência no Vão do Buraco? “Eu gosto, mas passa tarde, não dá para ver muito”, responde Adão, que deixou de ir à escola depois de completar a 4ª série e trabalha principalmente na lavoura. Mesmo quando resiste à tentação do *reality show*, sua família passou a dormir mais tarde por causa da televisão, constata o rapaz.

Enquanto na sala de seu Cipriano ouve-se apenas o som da TV, na cozinha de dona Rosa, seu Joaquim relata feitos do personagem que, nas primeiras décadas

do século passado, revoltou-se contra os proprietários de terra, políticos e juizes que dominavam a região. Vítima desse conchavo, Antônio Dó, que era fazendeiro, formou um bando e saiu pelo sertão a julgar pendengas e a cuspir chumbo nos poderosos e arrogantes.

“Antônio Dó tinha corpo fechado. As facas quebravam no corpo dele. Dizem que uma vez levou tanto tiro que a roupa pegou fogo, mas nenhuma bala furou ele”, conta seu Joaquim, que tem 63 anos e ouviu vários desses relatos do avô e dos primeiros moradores dos Buracos que conheceram o justiceiro.

Espécie de Sansão sertanejo, Dó só foi vencido por traição de uma mulher a quem confiou o segredo: só ficava vulnerável ao banhar-se no rio pela manhã, despido. Se alguém o atacasse nesse momento a golpes de mão de pilão, poderia matá-lo. A mulher contou isso ao seu amante, um dos capangas do próprio Antônio Dó. Mesmo seguindo as instruções à risca, o jagunço não conseguiu acabar com a vida do chefe. Muito ferido, o próprio Dó deu as instruções finais para que o traidor conseguisse “desfazer a simpatia” e terminasse o serviço.

Depois da morte de Antônio Dó, um de seus jagunços foi se refugiar no Vão do Buraco. Viveu lá até morrer e

ENTRE O ANTIGO E O NOVO. **A geladeira, usada, é a primeira a entrar na casa de seu Joaquim, em Vão do Buraco, região de difícil acesso, com água e beleza natural abundantes. No Encontro dos Povos, cantos tradicionais misturam-se a batidas eletrônicas**



ANTÔNIO DÓ TINHA O CORPO FECHADO, "LEVOU TANTO TIRO QUE A ROUPA PEGOU FOGO, MAS NENHUMA BALA FUROU ELE", CONTA SEU JOAQUIM

teve vários filhos, todos "ruins da cabeça". Um deles, hoje uma velhinha, ainda vive na região. Esse jagunço, que se chamava Miguel Fogoso, também tinha seus feitiços. Quando um grupo de soldados resolvia aparecer por lá na tentativa de dar cabo de um ex-capanga do justiceiro "matador de polícia", Fogoso virava um porco, saía correndo da casa e sumia no mato.

"É verdade?", pergunta um hóspede a seu Joaquim. "Tem coisa que pra gente é verdade, mas que é mentira", explica Paulo, que até então escutava os relatos do pai em silêncio. "Na época das chuvas a gente tem que passar por aqui correndo, agitando pedaços de pau, por causa das muriçocas. As pessoas dizem que elas brotam da lama, mas eu não acredito, não. Acho que é só a época delas mesmo", diria o mesmo Paulo, na manhã seguinte, durante uma caminhada,

A ROÇA, A FÉ E O "DESCAPRICHÓ"

Ao chegar à casa dos pais, Paulo foi logo explicando que "aqui, banheiro é no mato e banho é no rio", conta que tem "vista ruim" de nascença por causa de um grave estrabismo. Mas isso, apesar de alguns tropeços pelos caminhos esburacados, não o impede de fazer bicos como guia turístico, muito menos de exercer a vice-presidência da Associação Comunitária dos Buracos, produzir

artesanato com folhas e casca de buriti e apresentar o programa "Amado Você", na rádio Cidade FM, sediada em Chapada Gaúcha, onde ele muitas vezes passa a maior parte da semana.

"O programa tem esse nome porque eu só toco Amado Batista", explica o rapaz, que também ajuda a família com trabalhos na lavoura e, aos domingos, na falta de um padre, costuma conduzir o culto comunitário, celebrado na escola. "Aqui todo mundo é católico. Tinha um evangélico, mas ele se mudou", conta Paulo.

Ali todo mundo também é agricultor. Plantam-se feijão, milho, mandioca, abóbora... Todos os quintais têm galinhas e quase sempre algumas cabeças de gado. O principal excedente é a farinha de mandioca, cuja produção antes era feita com tração animal ou com o auxílio de caros motores a diesel. Agora, os motores elétricos são uma opção eficiente e não tão custosa.

Como Ana Paula e Adão, Paulo teve a sua escolaridade interrompida no meio do ensino fundamental. Já seu pai não foi à escola "nem um dia na vida". "Não aprendi a ler por descapricho de meu pai", diz seu Joaquim.

Hoje as possibilidades e condições de aprendizado dos alunos dos Buracos melhoraram em alguns aspectos, relatam os moradores. A professora Sílvia Batista conta que, além da luz, outras melhorias têm chegado à escola. "A merenda, que vinha com muito pão, biscoito, essas coisas, agora tem sempre arroz, feijão, carne, verdura e fruta. A prefeitura também passou a providenciar transporte para os alunos que moram longe. Uns vêm de carroça, outros a cavalo."

Apesar desses avanços importantes, a precariedade das condições de ensino e aprendizado ainda é flagrante. Entre os maiores problemas, Sílvia aponta, além da necessidade de atender estudantes de diferentes idades e séries, a escassez de material didático, de acompanhamento e apoio. "Ninguém veio visitar a escola no ano passado. Acho que fiz um bom trabalho, mas gostaria de ter orientação e auxílio, principalmente para lidar com alguns alunos que têm deficiências mentais."

A idéia de uma doença específica do lugar, presente na obra roseana, talvez estivesse associada à alta frequência de deficiências físicas e mentais entre os habitantes. Fenômeno decorrente dos muitos casamentos consanguíneos, devido à pequena população e ao isolamento das comunidades.

A dificuldade de acesso, que resultou em estigmas, propiciou a preservação. Hoje a região do Vão, comparada ao seu entorno, é um oásis ecológico e cultural



NOVELAS VERSUS "CAUSOS". **A casa de Adão é uma das cinco, nos Buracos, que já têm televisão. Seu Joaquim prefere o rádio, e o silêncio que lhe permite fiar longas histórias. Já Zezo, líder comunitário e sindical, produz seu artesanato, em família, costurando palha de buriti**



"É FÁCIL MATAR E FICAR LIVRE, IMAGINE DERRUBAR ÁRVORE", DIZ RADIALISTA,

sertanejo. Além dela, praticamente só as áreas do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e do Parque Estadual da Serra das Araras foram poupadas. A maior parte da área do município foi desmatada, principalmente para o plantio de soja e capim braquiária, cujas sementes são vendidas para o plantio de pastagens.

Recentemente, segundo o radialista Anderson Lopes, um grupo de São Paulo desmatou mais uma área de Cerrado com o objetivo de plantar mamona para produção de biodiesel. "Mas a idéia não era produzir biocombustíveis plantando em áreas já desmatadas?", pergunta o repórter. "Era, mas num lugar onde é fácil matar uma pessoa e ficar livre, imagine derrubar árvore..."

Não que todas as práticas dos pequenos agricultores e pecuaristas da região estejam de acordo com as melhores normas de correção ecológica. Como lembra Ana Cerqueira, que passou cinco meses fazendo pesquisa de campo no Vão do Buraco, as queimadas ainda fazem parte do método mais popular de preparo da roça. "E o aumento da renda das famílias propiciado por aposentadorias rurais

e programas como o Bolsa Família — mais do que justos socialmente — pode resultar, por exemplo, no aumento do consumo de plásticos e latas." Como não há coleta de lixo e os dejetos são jogados em buracos na terra, um acúmulo de resíduo inorgânico pode se tornar um problema.

Ana, que é doutoranda em Antropologia pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, conta que, no início da pesquisa, pensou em centrar-se nas relações de parentesco na comunidade, "já que quase todos são de uma mesma família". Mas agora está mais inclinada a abordar a percepção da população local acerca de questões ligadas ao meio ambiente, tema muito presente na região atualmente.

A proximidade do parque nacional, a presença marcante do Ibama, de ONGs e de programas de estímulo a

COMENTANDO DESMATAMENTO RECENTE PARA PLANTIO DE MAMONA

atividades produtivas sustentáveis e ao turismo ecológico fazem com que vários líderes comunitários da região assumam o papel cultural e político de mediadores entre as tradições e a inovação.

Gente como José Corrêa Quintal, o Zezo, presidente da Associação Comunitária dos Buracos, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e dos Agricultores Familiares da Chapada Gaúcha e presidente do Comitê Municipal de Meio Ambiente. "Mas, basicamente, eu sou um agricultor familiar e extrativista", diz ele.

Além de líder político e comunitário, Zezo faz o papel de mediador entre a cultura sertaneja e as novidades trazidas por entidades ambientalistas. "A gente tenta mostrar para o pessoal que a maneira certa de melhorar

a vida, a renda e as oportunidades da população rural é através de uma agricultura orgânica, sustentável, sem agrotóxicos, por exemplo."

Ao fim da conversa com o repórter, Zezo faz um pedido: "Eu gostaria de aparecer com a minha família. Em geral apareço sozinho, e não acho bom". Zezo é filho do morador mais velho dos Buracos, seu José "Bandeira" ("apelido que ele ganhou quando era criança"), de 77 anos, e de dona Lucrécia. Casado com dona Dilma, o líder comunitário tem cinco filhos, "sendo que um deles já mora com Deus".

Mas, para muitos jovens dos Buracos, essas mudanças estimuladas por líderes como Zezo e pelo maior contato com gente de fora estão longe de tornar o cotidiano e as perspectivas do lugar satisfatórias. "Principalmente as moças, que fazem muito trabalho doméstico, tarefas em geral menos lúdicas que as dos homens, em geral querem ir em-



ESCOLA SÃO JOÃO.
Aqui se acendeu
a primeira lâmpada,
em maio de 2006

EM SÃO FÉLIX, O RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO FEZ CESSAR AS AMEAÇAS DE EXPULSÃO

bora de lá. E muitas vão mesmo”, assinala Ana Cerqueira. Moças como Maria Joana, que agora pode constatar toda noite, na TV da casa de Seu Cipriano, como os papéis sociais e as aspirações femininas, sobretudo para mulheres de classe média urbana, se transformaram ao longo das últimas décadas.

Mas o olhar do viajante, como o de Paulo, vê beleza onde a moça só enxerga o que gostaria de deixar para trás. Do alto do cânion, a ênfase redundante do nome “Vão do Buraco” toma-se compreensível. De repente, a monotonia da paisagem, reforçada pela monocultura, abre-se para baixo, numa topografia complexa que também abriga uma grande variedade de flora e fauna. “Aqui tem muito tatu, paca, cutia, raposa, coruja, arara, periquito, gavião, passarinho... Até anta, lobo-guará e suçarana (*onça-parda*), que não moram nos buracos, passam por aqui. Ano passado mesmo, muita gente viu uma onça, que depois sumiu”, conta o filho de seu Joaquim.

O túmulo de Antônio Dó, conta Anderson Lopes, fica perto de Serra das Araras, num local cujo valor histórico acaba de ser reconhecido pela prefeitura de Chapada Gaúcha. Mais adiante, a caminho para São Félix, outra comunidade tradicional do município, a 80 quilômetros de distância do Vão do Buraco, um novo

exemplo de organização da população local: a cooperativa de bordadeiras de Pequi. A entidade foi criada no ano passado, conta dona Lourdes Barbosa, a presidente.

Os trabalhos, dirigidos principalmente aos turistas que vêm à região atraídos sobretudo pelo parque nacional e pelas festas populares, têm em comum a representação da natureza e de cenas da vida sertaneja. Mas a diversidade dos estilos individuais, evidenciada numa colcha composta por várias bordadeiras, mostra como diferentes sensibilidades estéticas podem se desenvolver mesmo onde a educação formal é escassa e limitada.

Em São Félix, reconhecida como comunidade quilombola em 2006, as 18 famílias locais, juntas, passaram a ter a garantia legal de posse de pouco mais de mil hectares de terra que, diferentemente da situação, ao mesmo tempo mais difícil e privilegiada, dos Buracos, atraíram a cobiça de muitos. Há tempos, fazendeiros locais, empresas e grileiros vinham promovendo desmatamentos em áreas próximas e tentando expulsar os antigos habitantes da região. Agora, relata dona Miguelina, mulher do líder comunitário Zefino, a situação ficou mais tranquila.

Depois de servir o almoço, composto de arroz, feijão, farinha, carne, quiabo e maxixe, para a família, vizinhos e convidados, dona Amélia Pereira, de 75 anos, mãe de

Miguelina, senta-se no seu velho fogão à lenha, encostada na parede externa da casa. Ela conta que se recorda vagamente das histórias que ouvia na infância sobre os tempos da escravidão, mas que se lembra bem de algo que os relatos tinham em comum: “Muito sofrimento”.

Saber das dores e lutas do passado e da dureza do dia-a-dia do povo de São Félix só aumenta a admiração diante da generosa naturalidade com que dona Amélia e sua família recebem os visitantes, sem o menor sinal de deslumbramento nem de desconfiança.

Zefino acaba de voltar de um encontro de representantes de comunidades quilombolas em São Paulo. Foi a primeira viagem dele à maior cidade do País. Neste sábado o genro de dona Amélia está trabalhando, saiu para ajudar o pessoal da Cemig a traçar a rota dos fios e definir os locais para a colocação dos postes que levarão eletricidade para São Félix, que, até o fim de abril, também deverá ter luz, água gelada e Big Brother Brasil.

Em meio às dúvidas, esperanças e temores sobre o futuro de comunidades sertanejas como Vão do Buraco e São Félix, é possível ter uma certeza. O que resta do Cerrado, com seus pequis, buritis e bichos, pode ser mantido isolado e preservado, mas, como diz *Disparada*, canção de Geraldo Vandré e Théo de Barros, “com gente é diferente”. ■

MEMÓRIA. Dona Amélia se lembra da dor dos relatos da escravidão



O BRASIL REAL, E O OUTRO

DA RODOVIÁRIA-BOTECO DO SERTÃO AO AEROPORTO DE VIRACOPOS, UMA VIAGEM PELOS VÃOS DO PAÍS

→ Faz alguns minutos que a noite de sábado virou madrugada de domingo, 18 de abril, quando o ônibus para Brasília chega à Chapada Gaúcha. Levou uma hora a mais que as três horas previstas para percorrer os 200 quilômetros de estrada desde Januária, o ponto de partida. “Até foi rápido”, diz Maria Carneiro, enquanto serve mais uma cerveja aos clientes do Esquinão: rapazes e moças que se esquentam para o forró. A duas quadras, no pavilhão municipal, o principal salão de dança da cidade começa a pegar fogo.

→ O ônibus, da Empresa Santo Antônio, a ESA, pára para pegar os passageiros da Chapada em frente a outro bar, onde um forró de menor proporção come solto. O cobrador encosta no balcão e pede um trago, enquanto meia dúzia de pessoas entra no ônibus e escolhe suas poltronas. Há três opções: as reclinadas, cujo encosto não se move para cima, as de encosto na vertical, que se recusam a reclinar, e as mais cruéis, de encosto solto, que, na estrada esburacada, assumem a função de instrumentos de tortura.

→ Passados cinco minutos, o motorista retoma seu posto, o cobrador vira o terceiro copo de destilado, entra no ônibus e acende

uma luz tênue, mas suficiente para revelar a decrepitude do veículo, que transporta cerca de 30 passageiros a 45 reais por cabeça. Do teto pendem fios e pedaços de plástico, o chão apresenta surpreendente diversidade mineral e biológica, e não há banheiro.

→ Depois de sete horas de solavancos, de guinchos, gemidos e tremores, maquinais e humanos, da coreografia trôpega do cobrador, do susto de um passageiro ao sentir algo a lhe subir pelo tórax, e do alívio ao descobrir que se tratava apenas de uma barata, a nau da ESA aporta na Capital Federal.

→ O táxi pego na rodoferroviária de Brasília — cujas instalações fazem a rodoviária-boteco da Chapada Gaúcha subir no conceito dos viajantes — chega ao Aeroporto Juscelino Kubitschek em menos de meia hora. O contraste parece secular. Amplidão, limpeza, serviços, veludas vozes bilíngües nos alto-falantes. Modernidade. Gap, flight, Vuitton, gate... Cindacta.

→ “Devido ao intenso tráfego aéreo, os vôos sofrerão atraso...”, anuncia, como quem informa, um funcionário da GOL. Na sala de embarque, às 12h30, as cadeiras têm dono e espaços no chão são

disputados por clientes ávidos por uma soneta. Aos menos relacionados, um funcionário da TAM diz que a cada meia hora haverá uma decolagem, mas a ordem de partida dos vôos é incerta. O seu, prezado cliente, pode ser o próximo ou demorar várias horas. “Não são as empresas que decidem isso. Talvez a Infraero possa informar...” No balcão da Infraero, o atendente assegura que a ordem das partidas é determinada pela Aeronáutica, que, entretanto, não divulga à sociedade civil. O jeito, portanto, é manter-se em posição de sentido, ouvidos a postos.

→ “Devido ao intenso tráfego aéreo...” Recebido por risos, vaias e alguns palavrões, o “informe” da Gol ecoa pela enésima vez. Do lado de fora, nas pistas, intensidade zero. Só aviões parados.

→ “Se temos de esperar, que pelos menos não nos tratem como idiotas, digam a verdade. Os senhores nos devem satisfação”, clama um senhor, tão indignado quanto polido, a um funcionário da Infraero. “Muito bem!”, apóia outro passageiro. Dois ou três saúdam a iniciativa com palmas. Mas a maioria não se entusiasma. Na falta da explicação da Gol sobre os atrasos, repete-se a frase pela longo

corredor de embarque: “Não adianta reclamar”.

→ De repente, pouco depois das 16 horas, as chamadas para embarque assumem um ritmo frenético. Às 17, o senhor que questionou o funcionário da Infraero entrega seu cartão de embarque para o vôo 3875, que lhe custou 229 reais e deveria ter partido às 13h05 para Campinas, ao funcionário da TAM. É informado de que, “devido ao atraso forçado”, o avião seguirá primeiro para Florianópolis. Em vez de às 14h30, como previsto, deverá chegar em Campinas às 21.

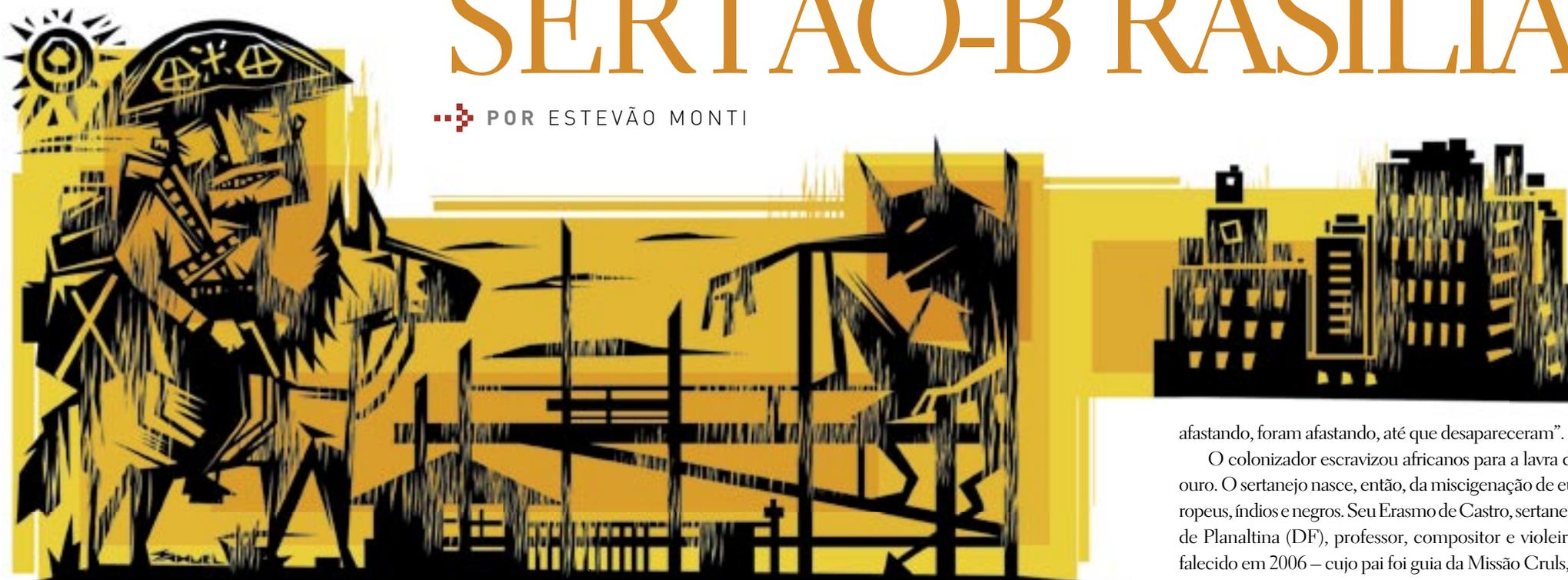
→ Discussão? Exigências de reembolso? Nada. Depois dos “esclarecimentos” da Gol, do silêncio da Infraero, do mistério da Aeronáutica e da decisão da TAM, os passageiros entram, disciplinados, no avião, onde um tour pelo Sul do País, embalado em aveludadas saudações bilíngües, os aguarda.

→ Apesar do contraste entre o reluzente Airbus e o ônibus maltrapilho, a entrada no avião trouxe à memória a fala de um sertanejo. “Cê vai pegar o jatão pra Brasília?”, indagou o cabra. “Que jatão?”, respondeu o forasteiro. “Aquele que o motorista entra e pergunta: ‘Já tão todo mundo aí, gente?!’”



Veredas do SERTÃO-BRASÍLIA

✦ POR ESTEVÃO MONTI



Riobaldo, narrador de *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, optou pelo pacto com o Diabo para vencer o inimigo Hermógenes. Enquanto isso, Juscelino Kubitschek fechou um “pacto de modernidade” com a tecnologia e o capital internacional, mas reduziu a cultura sertaneja a nada. Em seu livro de memórias *Por Que Construí Brasília*, encontramos: “O único testemunho da passagem do homem por ali era um pardieiro, pretensiosamente denominado Fazenda do Gama”. Na verdade, JK se referia a uma típica propriedade sertaneja.

Já a visão dos sertanejos é menos reducionista. Sobre a nova capital, “seu” Rosa, vaqueiro e guia da Folia de Reis em Buritis (MG), falecido em 2005, afirmava: “Naquela parte do sossego Brasília prejudicou, mas na parte do

desenvolvimento ela ajudou”. Trouxe estradas, escolas, hospitais, meios de transporte e comunicação eficientes, mas também o desassossego da perda de biodiversidade, o iminente colapso dos recursos hídricos e a ocupação desordenada do território.

Desde 2000, estudo as interações entre Brasília e o Sertão roseano, que abrange o Norte de Minas Gerais, o Sudoeste da Bahia, o Sul do Tocantins e o Nordeste de Goiás. Na pesquisa, entrevistei sertanejos da região e seus filhos e netos no Distrito Federal, buscando comprovar que a cultura sertaneja resistiu à desconstrução e ao desenraizamento intensificado com Brasília.

Conforme estudos arqueológicos, a ocupação iniciou-se há cerca de 11 mil anos e transcorreu até o começo do século XX. Caçadores e coletores tiravam sustento dos campos, cerrados e matas. Os povos Macro-Jê, herdeiros desses traços culturais, receberam os Tupi-Guarani que fugiam dos colonizadores europeus. Seu Rosa contava que, com os bandeirantes, “os índios foram

desenraizou, processo agravado pela globalização. Para o economista marroquino Hassan Zaoual, a globalização cria um “impulso planetário” que leva à definição de sítios simbólicos de pertencimento. Estes abraçam aspectos culturais, tais como mitos, crenças, experiências, memórias, saberes sociais, teorias, modelos, ofícios, ações, história.

A cultura sertaneja resistiu à urbanização mantendo raízes profundas no “sítio simbólico de pertença sertanejo”, organizado a partir da história de vida dos narradores em “caixas”, metaforicamente chamadas de canastras, cada qual com seu conteúdo.

Na “canastra dos mitos, memória e trajetória de vida” estão trabalho, não ao hedonismo, honra, coragem, cristianismo e trajetória de vida circular. Na “canastra conceitual”, estão a família com o marido à frente da subsistência e o gado como força motriz, fonte protéica, de matéria-prima e acumulador de riqueza; escolas que recebiam pessoas de todas as classes sociais, mas em alguns casos excluía negros e os menos favorecidos. E na “canastra de ferramentas” está o modelo de ação familiar e comunitário.

Fiel à sua cultura e atento ao global, José Corrêa Quintal, o Zezo, sertanejo do Vão do Buraco, na Chapada Gaúcha (MG), líder sindical e um dos fundadores da Cooperativa Regional de Produtores Agrosilvicultivistas Sertão Veredas, defende: “Quando o agricultor vende seu produto individual, não consegue chegar. Além de tirar a subsistência da família, ele precisa um pouco para o comércio”. Ele vai além: “A gente tem buscado informações através de outras cooperativas que exportam produtos. Ninguém consegue viver isolado”.

A narrativa dos sertanejos sustenta a mobilização e a ação social e os tira da condição de bárbaros que não têm domínio do *logos*, os liberta do “pacto” e de sua modernização predatória. As raízes que sustentam a sua cultura se abastecem do “sítio simbólico de pertença sertanejo”. Tal sítio aflora em situações propícias como as promovidas pelas cooperativas de pequenos produtores rurais.

O sertanejo é o *expert* da sua realidade. Políticas públicas e modelos que não consideram seu sítio, justamente por não serem situados, tendem à insustentabilidade. ■

afastando, foram afastando, até que desapareceram”.

O colonizador escravizou africanos para a lavra do ouro. O sertanejo nasce, então, da miscigenação de europeus, índios e negros. Seu Erasmo de Castro, sertanejo de Planaltina (DF), professor, compositor e violeiro, falecido em 2006 – cujo pai foi guia da Missão Cruls, a comissão exploradora do Planalto Central que no século XIX delimitou onde seria o DF –, exemplificava com o uso das “terras de cultura”, antes cultivadas pelos Tupis: “As pessoas de toda a região de Planaltina participavam da derrubada das matas para plantar roças de subsistência no ‘vão’ do Maranhão”.

Esgotado o ouro, constitui-se um sistema socioeconômico, cultural e político marcado por fazendas – pecuária extensiva e agricultura de subsistência – e cidades como Formosa (antiga Vila dos Couros) e Planaltina (antiga Mestre D’Armas).

Sua cultura é marcada pela lida com o gado, modo de vida simples e não consumista, observado na organização da família, nas vestimentas, nas festas religiosas, na religiosidade marcante e na alimentação com seus pratos típicos: a paçoca, o quibebe, o pão de queijo.

EXPERT DE SUA REALIDADE

Brasília intensificou a acumulação primitiva, arrancando o trabalhador de seus meios de produção. Isso o



RAÍZES DO BRASIL

Em cooperativas de pequenos produtores rurais, o sertanejo acessa o mundo global sem se prender à modernização predatória. Políticas públicas que não considerem o seu modo de vida tendem à insustentabilidade

A CAPITAL INTENSIFICOU A DESCONSTRUÇÃO DA CULTURA DO SERTANEJO, ARRANCADÓ DE SEUS MEIOS DE PRODUÇÃO. MAS ELE RESISTE



Manhã na CHAPADA GAÚCHA

✦ POR GUILHERME WISNIK

O Hotel JS não tem sequer uma pequena marquise, uma proteçãozinha que seja da fomalha lá de fora. Seis da manhã, e o corredor dos quartos se abre sem transição para o sol, para a poeira vermelha em suspensão, o horizonte infinito que é a própria Avenida Getulio Vargas, feita de terra batida, sem calçada ou meio-fio, e uma vala funda dividindo as pistas. Ninguém passa a essa hora, mas a poeira não baixa, e entra pela porta aberta. Estamos na Chapada Gaúcha, sertão de Minas, próximo à divisa com Goiás e a Bahia, e Brasília é cada vez mais o espectro da viagem, o ponto inalcançável, a terceira margem. Que país existe entre a Pampulha e o Paranoá? Alagoa e o lago artificiais, Kubitschek e Niemeyer duas vezes, do início dos anos 40 ao fim dos 50.

AQUI É O MEIO, CORAÇÃO E PERIFERIA DO PAÍS. E BRASÍLIA É CADA VEZ MAIS UM ESPECTRO, O PONTO INALCANÇÁVEL, A TERCEIRA MARGEM

Belo Horizonte foi nosso marco zero, onde alugamos o carro para devolver só em Alagoas, no mês seguinte. Aqui é o meio, o Planalto Central, coração e periferia do País, onde, por ironia, os carros têm adesivos do Grêmio ou do Internacional, e as pessoas não dispensam a bombacha e o chimarrão. A política rodoviária criou esses núcleos de povoamento distantes, levando o charque e o churrasco gaúcho para Goiás, Mato Grosso e além.

Alguns colonos, no entanto, pararam no caminho, recebendo incentivos do governo mineiro para ocupar o “liso”, região inóspita que o sertanejo sempre evitou, e chamou de “tabuleirão”, “terra de não se morar”... Colonos que, com sua cultura sedentária e admirável persistência civilizatória, impermeável aos mistérios e

azares da vida, cavaram poços profundos e encontraram água, irrigando o “liso”. Hoje, plantam braquiária e vendem sementes de capim para o pasto.

Chapada Gaúcha é uma Brasília “genérica” e pobre. A cidade é nova e espalhada, com lotes mal definidos ao longo de uma trama ortogonal que vai se rarefazendo. Dá a impressão de que a Avenida Getulio Vargas, a única da cidade, pode se transformar lentamente na Esplanada dos Ministérios, distante uns 300 quilômetros daqui. Pela porta aberta do corredor do Hotel JS vou olhando, hipnotizado, a luz ofuscante que vem de fora. Esses são os momentos mais felizes de uma viagem: aquela hora em que nada acontece, e os pensamentos ganham independência em relação às coisas.

Zezo virá nos buscar para descermos ao Vão do Buraco, uma depressão de terra no chapadão com água corrente, formando uma vereda. Ontem à noite estive com ele na rádio comunitária para anunciar aos pais a visita, pedindo-lhes que preparassem o almoço – sem acesso à luz ou ao telefone, eles ouvem diariamente o noticiário no radinho de pilha, como se fosse uma novela. Disse-nos, depois, que a comunidade é pequena e fechada, e que o casamento comum entre familiares é motivo de muitas doenças mentais.

Liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Zezo não é muito dado a provocações metafísicas, a indagações sobre a existência de Deus ou do Diabo. Mas, enquanto o seu vulto franzino não corta a luz que vem da porta, fico pensando em quantas pessoas já terão vindo aqui procurá-lo em busca de um encantamento, alguma sugestão sobre a passagem da caravana de Manuelzão com Guimarães Rosa por essas bandas 50 anos atrás, ou sobre a onça e a “doença” que Riobaldo diz existirem ali, desaconselhando a descida. São, no entanto, referências



E SE FEZ A LUZ

Em Vão do Buraco, o ensaísta visitou o lugarejo antes da chegada da luz elétrica. Ouvi-se diariamente o noticiário no radinho de pilha, como se fosse uma novela

alheias à sua vida, mas que ele terá de aprender um dia se, por acaso, tiver de virar guia turístico.

TERCEIRA NATUREZA

Os personagens do *Grande Sertão* circulam em território simbólico que parece imóvel, girando em falso numa extensão sem tamanho. Riobaldo narra sua história movido pela esperança de encontrar uma resposta de relance às suas inquietações, pondo em movimento uma linguagem que se cria a si mesma. Exatamente por isso, é algo que não se aprende, não se consegue copiar.

Resta, como opção, trilhar os passos dos personagens roseanos, sair ao encaço de suas andanças, e mapeá-las na medida do possível. Não para reconstituir fatos, ou provar a veracidade da narrativa, mas porque a geografia é também uma linguagem, esta, sim, passível de apreensão por parte daquele que viaja. A geografia vista não apenas como paisagem, mas como o encontro de diversas naturezas: geológica, mineral, arquitetônica, botânica, divina, satânica...

Como acontece em Guaicuí, junto ao Rio das Velhas, onde uma gameleira gigante cresceu nas ruínas da igreja, no lugar onde antes ficava o altar, escorando-se com enormes raízes por cima e por dentro dos blocos de pedra, fundindo-se com eles, e emprestando-lhes sua vida vegetal. A igreja-árvore resultante já é uma outra coisa, uma terceira natureza, porque a construção já não é mais do homem, nem o homem é mais de Deus.

O corredor esquenta, e espero avidamente pela vereda lá de baixo, mesmo sob a ameaça da “doença”. Não teremos a visão do lago artificial de Brasília como um desdobramento do sertão – a capital vista por dentro, e não pelo avião. Mas, ao contrário, seguiremos o Rio São Francisco até o mar, onde os índios caetés devoraram o bispo Sardinha, inventando um outro Brasil. ■





FOTOS: EDILSON CAZELOTO

●●● POR EDILSON CAZELOTO
E GIULIANA CAPELLO

CORAÇÃO CIVIL

SEGUINDO A TRADIÇÃO DOS MESTRES ARTESÃOS, SEU MAURÍCIO DESVENDA O SEGREDO DA CASA ECOLÓGICA: SIMPLICIDADE

Um fazendeiro antigo tinha um funcionário e o funcionário pediu ao patrão para fazer uma casa no terreno dele. O fazendeiro disse: só te dou através de ficar combinado de fazer com esteio de embaúba. O funcionário aceitou, mas, ao preparar a madeira, ele queimou o pé da embaúba. O resultado é que o tempo passou, o fazendeiro ficou velho, morreu e a casa com esteio de embaúba queimada ficou em pé.

Sentado à sombra dos eucaliptos que servirão de matéria-prima em sua próxima obra, o mestre-de-obras Maurício Soares de Oliveira, 52 anos, explica que o “causo” é, na verdade, uma aula. Foi como aprendeu a carbonizar a superfície de madeiras que serão utilizadas em contato com o solo, a fim de impermeabilizá-las sem nenhum tratamento químico. Mesmo uma madeira como a embaúba, imprópria para a construção, mas abundante em quase todo o Brasil, poderia se tornar uma matéria-prima eficiente com essa técnica rústica.

Autodidata, “Seu” Maurício tornou-se um profissio-

nal raro e cada vez mais requisitado: ele é um especialista em construções sustentáveis, que usam técnicas e materiais não agressivos ao meio ambiente. Além disso, Seu Maurício é versado em equipamentos para o reúso de água, captação e armazenagem de chuva, energias alternativas e outras tecnologias de baixo impacto ambiental que têm ganhado relevância nestes tempos de aquecimento global. O valor desse tipo de conhecimento está em alta, uma vez que as pesquisas sobre sustentabilidade da construção realizadas nas universidades esbarram na carência de mão-de-obra qualificada.

Unindo saberes ancestrais e técnicas contemporâneas, muitas vezes pesquisadas por centros acadêmicos de alta qualificação, ele é um exemplo vivo da idéia de “sustentabilidade cultural”: o respeito e a valorização das formas tradicionais de produzir e ver o mundo sem incorrer no equívoco histórico de transformar homens e mulheres reais em peças de museu, congelando sua cultura para fins de espetáculo ou para promover o





SEU MAURÍCIO aplica em um sítio em Piracaia o que aprendeu de criança, com a mão no barro e na madeira

turismo. As culturas tradicionais não são uma curiosidade a ser exibida, mas a demonstração de que o estilo de vida das sociedades industrializadas não é o único possível e, talvez, nem seja o melhor para toda a humanidade.

Foi esse currículo que levou Seu Maurício para o Sítio Mãe-d'Água, em Piracaia, a cerca de 100 quilômetros de São Paulo. A propriedade foi adquirida em 2006 por um grupo de oito pessoas, que pretendem transformá-la em um centro de terapias naturais e em um laboratório para a construção sustentável, além de implantar um projeto de recuperação ambiental intensiva.

Mas, por enquanto, a única novidade na paisagem do Mãe-d'Água é uma série de grandes toras de eucalipto fincadas circularmente no chão, formando uma Stonehenge cabocla na qual se adivinha uma futura casa. Fora isso, uma estrutura de barro debruçada sobre um barranco suave foi construída para servir como defumador para o tratamento de madeiras e bambus. De caso em caso, é ali que Seu Maurício desfia o rosário de suas andanças pelos caminhos da construção sustentável.

Apesar de ter aprendido técnicas mais contemporâneas e estar sempre testando novas possibilidades, ele faz “esse negócio de casa ecológica” do jeito que aprendeu quando ainda era criança: com as mãos no barro e na madeira.

Seramente, essas partes de madeira eu pratiquei uma série de coisas quando era menino, auxiliando pessoas amigas que tinham dificuldade e não tinham como pagar. Às vezes eu gostava de umas meninas, porque tinha umas meninas lá que ajudavam (nas obras), aí eu ficava entusiasmado. Tem construção de pau-a-pique que eu já fiz há mais de 20 anos e tá perfeita.

Seguindo a tradição dos mestres artesãos, Seu Maurício não faz distinção entre o mundo do trabalho e o mundo da vida. A dimensão produtiva convive plenamente integrada à cultura e à espiritualidade. O viver se confunde como o fazer:

Com carinho, qualquer coisa que eu pegue para fazer está bem. Se você pedir para eu carpinar isso aqui (aponta para um campo de capim braquiária com meio metro de altura), eu vou ficar feliz também. Eu gosto de qualquer coisa que eu faça. Mas prefiro essa parte de construção ecológica, ainda mais quando a gente vê que o sujeito quer uma coisa bem-feitinha, caprichadinha, mesmo que não saia tão rápido quanto uma coisa “mais ou menos”.

Mesmo nas horas livres, Seu Maurício descansa com a mão na enxada. Em Lagoa da Prata, em Minas, cidade em que vive com a mulher (Sou casado há 25 anos... Espera, parece que é 30), ele é conhecido por cultivar terrenos ociosos na vizinhança:

Eu planto no meu lote e peço para o vizinho: “Este lote seu está abandonado, você deixa eu plantar?” Então tem mandioca, batata-doce, essas coisas assim, que tanto

serve para mim quanto para as pessoas. O trabalho para mim é uma terapia. Eu vejo às vezes as pessoas falando assim: “Acho que o sol tá muito quente para trabalhar agora...” e eu digo: “Sabe que eu não tô nem sentindo tão quente assim, não?” Quando estamos bem espiritualmente, tudo está bem.

Mas nem sempre foi assim. Seu Maurício começou na construção civil aos 18 anos de idade, fazendo manutenção e construindo chaminés para uma usina de cana em Minas Gerais. A experiência adquirida permitiu que ele criasse uma pequena empresa de fabricação de blocos e pré-moldados de concreto, que chegou a ter 18 funcionários. Ganhou dinheiro, mas perdeu a ligação com os valores fundamentais de sua cultura.

Sempre tinha uma multa, alguma coisinha. Aí eu fui estressando porque eu não tava bem. Eu tava fanático no dinheiro. Eu achava que a cidade em que eu moro, que tem uns 50 mil habitantes, achava que lá não tava me cabendo mais... Mas eu não tava bem na minha vida, não estava bem espiritualmente e em coisa nenhuma.

A virada veio com um acidente. Acostumado a trabalhar a grande alturas, ele caiu do terceiro degrau de uma escada doméstica. Resultado: dez dias em coma e um processo de transformação interior que pode ser comparado a uma espécie de epifania.

Um pastor me disse: “Esse acidente foi porque você não está indo na igreja”. Eu respondi: “Esse acidente foi uma vitória”. Desse dia em diante, eu passei a ter mais amor em tudo o que eu faço. Eu tinha que ter mais humildade, mais carinho no que faço. Hoje eu sei desfrutar das coisas.

DENTRO DA LÓGICA

Mas o que é, afinal, uma “casa ecológica”? Seu Maurício começa explicando de um jeito que é pura mineirice: *Inicialmente, a gente não pode ter é muita pressa... mas também não pode ser muito devagar. Sem nunca ter estudado as questões da sustentabilidade econômica, ele conhece, na prática, um de seus principais fundamentos — aproveitar a matéria-prima disponível localmente, dispensando transporte e fortalecendo a economia regional:*

Uma casa ecológica para mim, principalmente, é quando tudo é colhido no próprio terreno. Igual a baba de cupim (usada como impermeabilizante e aglutinante para construções com barro), quando é colhida no próprio terreno, para usar é uma coisa simples, mas já é uma das coisas boas. Agora, não dá para chegar em casa de material de construção, com aquele preço altíssimo. Cimento, por exemplo, o melhor é não usar nada, mas uns 5%, se você usar, já está dentro da lógica.



UMA STONEHENGE cabocla anuncia a transformação da propriedade

Assim, a dimensão ecológica de uma construção não se separa das questões econômicas e culturais. Casa ecológica é casa simples, acessível a todos:

Até as pessoas sem condições de construir, nem que seja uma coisinha mais simples, faz uma casinha para morar. Na maioria das vezes, o sujeito não tem condições de construir. Às vezes ganha um terreno, e não tem coragem de fazer uma casa ecológica, mas porque ainda não conhece, não sabe o que fazer. Mas o sujeito não teria aquela dificuldade de morar embaixo da ponte, não ter onde morar ou ter aquela dificuldade de pagar aluguel.

Apesar disso, já colaborou com projetos grandes e dá o seu tempero em obras projetadas por engenheiros ou arquitetos. Mas os pontos de vista podem divergir entre os conceitos acadêmicos e o conhecimento tradicional:

Uai, o que eu digo é assim: aí vai ter uma solução com o proprietário. Eu vou dizer para ele que o “trem” funciona, que a construção ecológica funciona. Mas, com respeito: o arquiteto e o proprietário tem que estar de acordo. Agora eu quando digo “vou fazer”, eu vou garantir o que vou fazer. Eu procuro tentar convencer pelo que eu conheço e, se ele não concordar, aí vai de acordo com o proprietário. Mas também não vou desistir na primeira vez. Vou desistir da terceira em diante.

A receita final para construir e viver em harmonia com o meio ambiente Seu Maurício não cansa de repetir: *Para fazer uma casa ecológica, até o coração tem que ser ecológico.*

A UNIÃO DO SABER ANCESTRAL E TÉCNICAS ATUAIS, CADA VEZ MAIS VALORIZADA, DÁ VIDA A IDEIA DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL

A céu ABERTO

DA PERIFERIA AO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO, A **QUALIDADE DA ÁGUA PIORA A CADA DIA. TODOS CONHECEM AS CAUSAS. É PRECISO REPETIR QUE A SOLUÇÃO É URGENTE?**

■ ■ ■ POR FLAVIA PARDINI

O consumidor pode escolher este ou aquele produto, o serviço mais conveniente, a embalagem de menor impacto ao meio ambiente, e até optar por neutralizar as emissões de CO₂ que suas atividades geram. Mas para uma necessidade diária e vital há pouca escolha: beber água. O líquido inodoro, insípido e incolor nem sempre sai nessas condições das torneiras na Região Metropolitana de São Paulo, a quinta maior área urbana do mundo. E, longe de ter escolha, os consumidores muitas vezes ficam sem água na torneira.

No quesito quantidade, o abastecimento para consumo humano na capital paulista está próximo do limite. Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), a “produção” de água é de 66 mil litros por segundo, enquanto o consumo beira os 65 mil litros. A água que abastece a população metropolitana – que deve atingir os 19,5 milhões de pessoas em 2007, segundo a Fundação Seade – vem das bacias Guarapiranga e Billings, e do sistema Cantareira, este composto de cinco bacias.

Além do crescimento da cidade, que fez com que ao longo das décadas se fosse buscar a água cada vez mais longe, vive-se com o fato de que a região é naturalmente de baixa disponibilidade hídrica, situada em área de cabeceira de rios. Somado ao mau uso da água, o resultado é que a disponibilidade hídrica por habitante da região metropolitana é menor do que a do Piauí, um dos estados mais secos do País.

Não fosse pouca, peca pela qualidade. Ao contrário de Nova York, que investiu em um programa de recuperação e preservação das áreas de mananciais para

evitar o gasto muitas vezes maior com uma unidade de filtragem, a água que mata a sede dos paulistanos depende de muito “remédio” – produtos químicos que fazem com que chegue às torneiras pelo menos com aspecto de água. Mas o que realmente se bebe?

SÓ PARA DESINFETAR

O Jardim Vera Cruz, parte do distrito do Jardim Ângela, é uma área de ocupação irregular em região de manancial, vizinha à Represa do Guarapiranga, que produz 14 mil litros de água por segundo e abastece 3,7 milhões de residentes na Zona Sul de São Paulo. Para quem vem do centro expandido da cidade, até chegar ao Vera Cruz são uns bons quilômetros dentro de área de manancial – e, portanto, de preservação –, mas o que se vê é apenas cidade. Cidade com cara de periferia, pontilhada de lojas de material de construção, pequenas oficinas mecânicas, o lixo e o entulho descartados impunemente pelas ruas e terrenos baldios.

De jardim, o Vera Cruz tem pouco. Parte do bairro foi pavimentada, apesar do loteamento irregular que se deu ali. Alguns moradores dispõem de instrumento de compra e venda do terreno que habitam e têm água encanada. Na conta, pagam pela água e pela coleta de esgoto, mas este último serviço não é prestado, conta Lindalva Maria de Oliveira, integrante de um grupo de 20 mulheres que tenta mobilizar os vizinhos por “melhorias”.

A solução foi um sistema improvisado de esgoto que desce a encosta em direção à represa, também salpicada de barracos e casas, todas em situação “irregular”. E assim o esgoto corre, parte em canos, parte a céu aberto, como



MAURICIO ARAÚJO

na Viela Irmão Coragem. Ali reside Fernando Guimarães Carlos, 28 anos, há três no Vera Cruz. “O pessoal que mora lá em cima não está nem aí para quem mora aqui embaixo”, diz ele, ex-morador da rua de cima. Para sair do aluguel, optou por descer para a encosta.

“A represa é uma caixa de esgoto”, resume Lindalva. É de lá que sai a água que corre pelos canos até as torneiras de milhares de residências. Quem mora no centro não está nem aí para quem mora na periferia, que não está nem aí para quem teve de se encostar na represa. Mas todos bebem a mesma água.

Aílton Alves, educador popular, trabalha com o grupo de mulheres do Vera Cruz para ajudá-las a obter o que reivindicam. A prioridade, conta, é a pavimentação das ruas, seguida da construção do CEU Vila do Sol, da mudança de localização do posto de saúde e da construção de uma praça para área de lazer dos moradores. “A questão da água e do esgoto é pauta de discussão, mas não chega a ser prioridade”, relata.

LUZ NO FIM DO TÚNEL?

A Guarapiranga é o único manancial da Região Metropolitana a contar com lei específica para sua proteção e recuperação, aprovada em 2006, embora a lei estadual de recursos hídricos determine a existência de legislação para todos os mananciais. Um decreto regulamentando a lei específica e distribuindo competências entre Estado e municípios foi finalmente publicado em março.

Há outros sinais positivos. Na esfera federal, entrou em vigor a nova lei de saneamento básico, que estabele-

ce uma política nacional para o setor e o objetivo de tornar universais os serviços de abastecimento, esgoto, drenagem de águas pluviais e coleta de lixo. O Atlas do Saneamento do IBGE mostra que, no ano 2000, 60% dos brasileiros não dispunham de rede coletora de esgoto. Como resultado, apenas 20% do esgoto recebia tratamento. A partir de uma visita rápida ao Jardim Vera Cruz, pode-se imaginar o destino dos 80% restantes.

Para evitar que a situação do entorno da represa se repita um pouco mais além, surgem iniciativas para conservar áreas que ainda detêm vegetação e garantem que as fontes permaneçam limpas. Um exemplo é o

Projeto Oásis, lançado em outubro de 2006 pela Fundação O Boticário com o objetivo de remunerar os proprietários de áreas preservadas, incentivando-os a mantê-las dessa forma. “O projeto em si não resolve o problema da qualidade da água”, diz João Guimarães, analista de projetos da Fundação O Boticário. “São ações complementares. Se o processo de

degradação urbana chegar às fontes, condenaremos a represa como manancial de abastecimento público”. (mais sobre o projeto na seção Notas)

Ainda há, portanto, uma escolha a ser feita. E não será por falta de conhecimento das causas que ela tardará. Ao pé da Viela Irmão Coragem, Seu Lauriano, um morador, improvisa o encanamento para evitar que o esgoto invada sua casa. Acelera, assim, seu caminho até as águas da represa. “Sei que isso é beira de rio, área de manancial”, diz ele. “Quem não sabe?” ■



IRMÃO, CORAGEM!
São “produzidos” 66 mil litros de água por segundo para abastecer 19,5 milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo. Daqueles, 14 mil litros saem da Guarapiranga, para onde o esgoto corre livremente





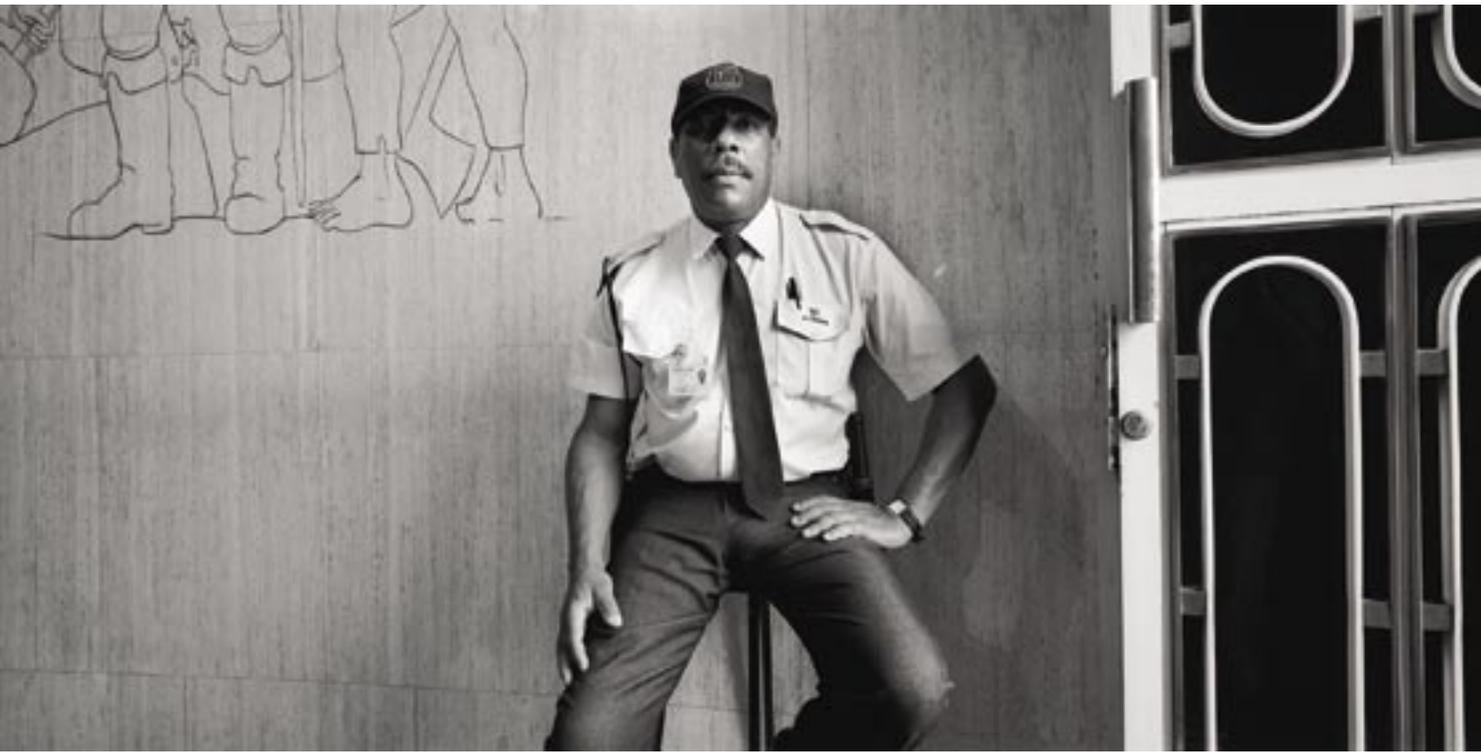
FACE A FACE


 POR HILTON RIBEIRO

Houve um tempo em que se ia à “cidade” de bonde. Era o centro do mundo. O que antes era “cidade” agora é o que alguns chamam de Centro Velho. Resquício dos áureos tempos, rodeado de periferias por todos os lados, o velho Centro de São Paulo ainda é lugar para se ir. No horário comercial, ferve — engratados, contínuos, secretárias e muitos, muitos camelôs. À noite, esvazia-se, sombra da periferia. É o centro da grande cidade da periferia do mundo.









O BRASIL no divã

DESMATAMENTO, POSIÇÃO DEFENSIVA EM RELAÇÃO AO CLIMÁ E PROBLEMAS TRABALHISTAS REVELAM UM PAÍS REFÉM DE VELHOS TRAUMAS E, POR ISSO, FRAGILIZADO NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

■ ■ ■ POR AMÁLIA SAFATLE

PARA RICUPERO, O PAÍS SERIA UM PROTAGONISTA MUNDIAL, NÃO FOSSE A DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA, QUE O FAZ PERDER O ARGUMENTO

Estivesse o Brasil deitado não em berço esplêndido, como o condenou o Hino Nacional, mas em um divã, teria um rico material psicanalítico para refletir, rever conceitos e mudar comportamentos. Em sua história de vida, o País encontra-se em um momento especial, em que pode afirmar sua identidade como uma nação protagonista no cenário internacional. Só que para isso precisa superar antigos traumas.

Um bom psicanalista talvez diagnosticasse em corações e mentes brasileiros um complexo de inferioridade típico do Brasil Colônia, ou um sentimento de perseguição dos países desenvolvidos, ou talvez uma frustração muito grande por ser sempre o país do futuro, de um futuro que nunca chega.

Mas quem lança mão dessas análises não são os especialistas do divã, e sim estudiosos da economia, do comércio e das relações internacionais. O que faz todo o sentido: é nas relações comerciais que os países mostram sua personalidade, trocam suas experiências com o mundo exterior, exercem sua soberania, praticam a diplomacia e impõem seu jeito de ser.

Um desses estudiosos que emprestam a figura de linguagem psicanalítica é o embaixador Rubens Ricupero, que já secretariou a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), ocupou ministérios e hoje dirige a Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap). Ricupero elege o desmatamento da Amazônia como o mais crucial tema ambiental brasileiro, não só pelo fato em si, como também pela “culpa” que essa tragédia ambiental provoca.

“A política externa brasileira é refém dessa culpa, e é por causa dela que seu conteúdo é tão defensivo”, analisa. “Ela nos faz prisioneiros e anula outras vantagens que temos.”

Com 20% da biodiversidade do planeta, cerca de 15% da água doce e a maior experiência do mundo até agora com bioenergia, por meio do etanol, o País facilmente seria laureado com o título de “potência ambiental”, se o conceito existisse. Some-se a isso um vasto território, subsolos riquíssimos, uma fotossíntese imbatível, ventos, terras férteis e tudo o

mais que os brasileiros já se acostumaram a ouvir. “O Brasil não é potência nuclear nem militar. Onde o Brasil é incontornável é na natureza. Isso nos teria dado um protagonismo mundial, não fosse o desmatamento, que funciona como uma espécie de vício que nos puxa para baixo, que nos faz perder o argumento”, diz Ricupero.

No jogo das negociações internacionais, esse é um dado cada vez mais estratégico. “As barreiras tarifárias, em tendência de queda, têm sido substituídas pelas não tarifárias”, afirma o embaixador Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e consultor de negócios na Rubens Barbosa & Associados.

Isso significa que questões sociais e ambientais, relativas à forma como os produtos são feitos, podem servir para enfraquecer a posição brasileira e dar margem para reforçar o argumento de países desenvolvidos, de política protecionista. Embora pouco reconhecidas no âmbito do livre-comércio apregoado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), essas questões facilmente resvalam para moedas de troca, em situações nas quais



ROLANDA HUZAKYOL/HARMAGEM

difficilmente se pode identificar se os motivos refletem preocupações legítimas com a temática socioambiental ou são meramente usados como barreiras não tarifárias (leia Ensaio à página 56).

“Por um motivo ou outro, não cumprir com a agenda socioambiental faz com que o Brasil perca força comercial”, afirma José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

PARANÓIA DE SOBERANIA

“As salvaguardas socioambientais sempre terão esses dois componentes.

Diante disso, o que o Brasil precisa fazer é ter uma atitude menos defensiva”, afirma Eduardo Viola, professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Em sua avaliação, o País padece de uma “paranóia de soberania” ao, por exemplo, ter uma visão estreita sobre a Amazônia, na medida em que a encara como um ônus e não como um ativo. Isso,

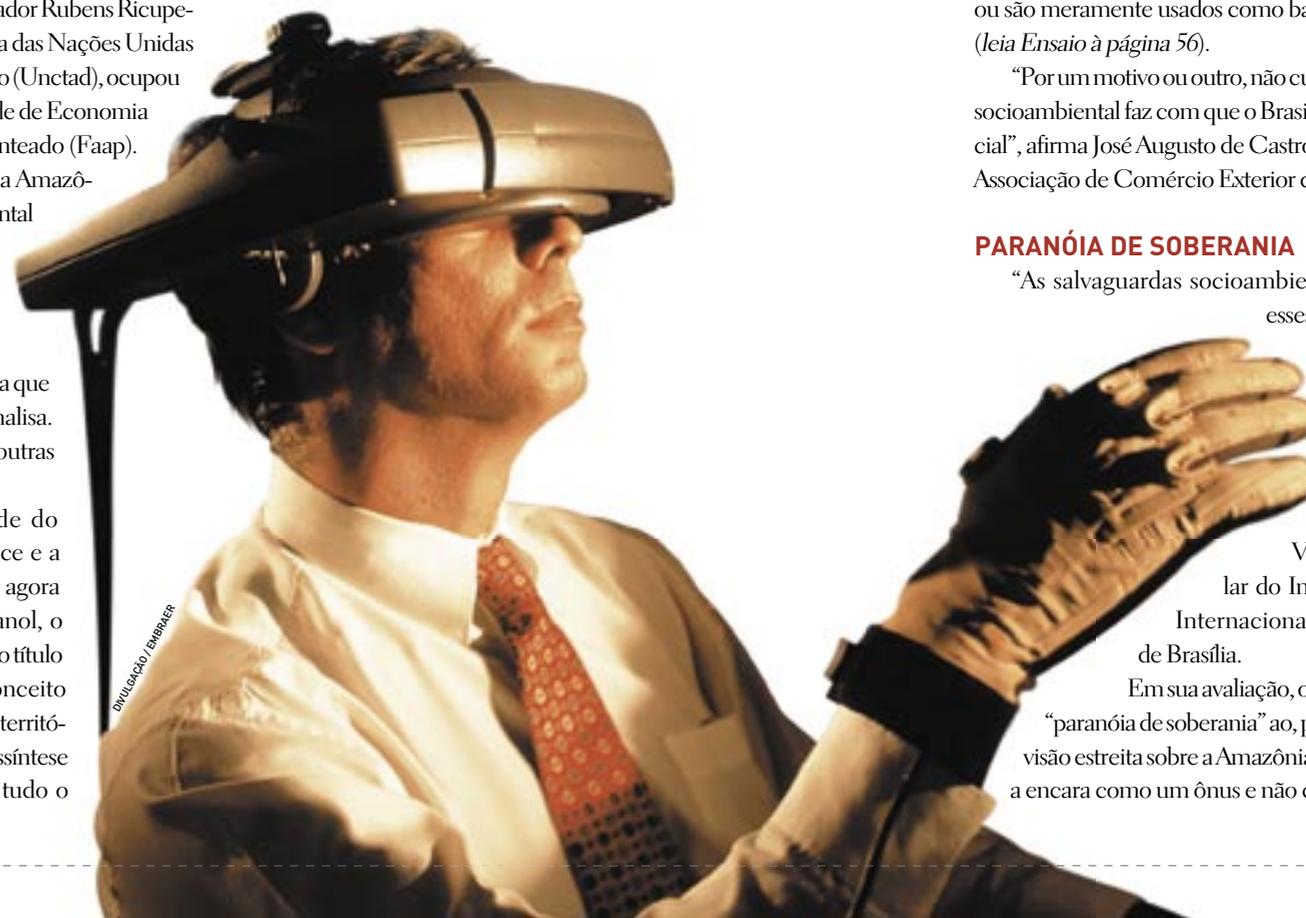
A IMAGEM QUE SE VENDE. Entre o Brasil high tech que exporta aviões e o que explora bóias-frias nos canaviais, a balança pende para produtos de baixo e médio conteúdo tecnológico

segundo Viola, faz com que o Brasil, quando questionado sobre o desmatamento, busque a auto-afirmação, repetindo: “Eu tenho direito sobre a floresta”.

De fato, são freqüentes as argumentações do governo brasileiro para se cercar contra a assunção de metas de redução das emissões de gases de efeito estufa – das quais cerca de 75% são provocadas pela derrubada e queima das florestas e mudanças no uso do solo.

Em um recente encontro com jornalistas no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparou o Brasil, recém-saído das fraldas, que ainda possui 69% de suas florestas, com a Europa milenar que as dizimou a quase zero – mas que hoje tem 36% de seu território reflorestado, como relata o jornalista Marcos Sá Corrêa. Sem contar o velho ditado, segundo o qual um erro não pode justificar outro – ainda mais quando há tempo para evitá-lo.

Ricupero lembra que o Brasil – assim como Indonésia e Malásia, outros grandes desmatadores de florestas tropicais – jogou contra a proposta de incluir a manutenção das florestas em pé como forma de gerar crédito de carbono. “Com isso, o Brasil anula ou diminui a posição de liderança no Grupo dos 77, quando poderia se tornar o grande líder na questão do aquecimento global”, afirma. O que lhe daria outro tipo de reconhecimento no cenário geopolítico.



ENVIGILACÃO / EMPRAZER

Além disso, salienta Eduardo Viola, o Brasil é o país com maiores condições de reduzir suas emissões com as menores perdas econômicas. “Enquanto isso, Reino Unido, Alemanha, Suécia e Dinamarca destacam-se no jogo de forças mundial no momento em que assumem, em relação às mudanças climáticas, posições consistentes ao superar as metas do Protocolo de Kyoto”, afirma o professor.

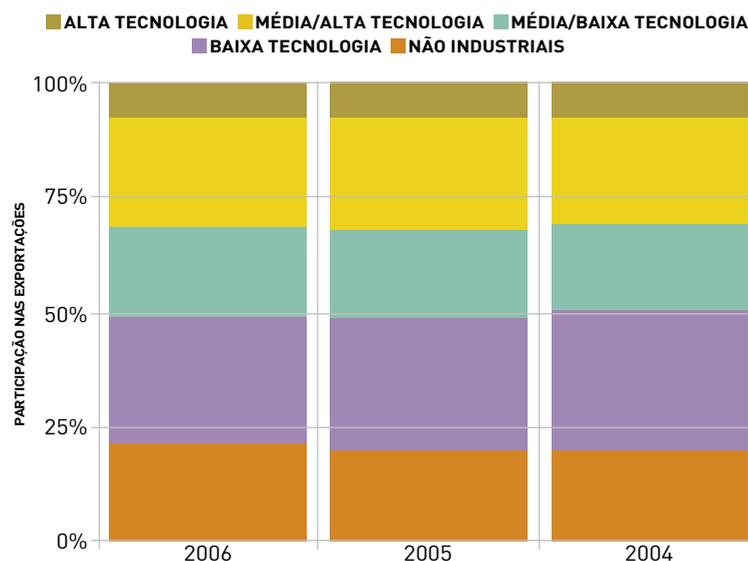
Na avaliação de Ricupero, a postura brasileira em relação ao clima e ao meio ambiente tem evoluído, especialmente depois da Eco-92, mas sempre emperra no problema do desmatamento. E como resolvê-lo?

“Quando o presidente da República quer, os poderes são enormes”, afirma o embaixador. Mobilizam-se recursos, Exército, o que for. Aplica-se a lei e ponto. “A ministra Marina Silva tem feito o que pode, mas o que ela pode é muito pouco.” Para Ricupero, o País revive com a Amazônia antigos traumas. “Incapaz de se contrapor a interesses econômicos, e também sob a desculpa da soberania, o Brasil defendeu o tráfico de escravos até o fim, foi o último país a abolir a escravidão. Só que o patriotismo, como dizia Samuel Johnson, escritor inglês do século XVIII, é o último refúgio dos canalhas.”

COMO AS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS GANHAM ESPACO, CUMPRIR A AGENDA SOCIOAMBIENTAL DESMONTARIA O DISCURSO DOS PROTECCIONISTAS

DO PAU-BRASIL AOS AVIÕES

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – REPRESENTATIVIDADE POR TIPO DE PRODUTO



FONTE: ORGANIZADO POR ANDRÉ PEREIRA DE CARVALHO (IEAESP-FGV) COM BASE EM DADOS DE SECEX/MDIC (2006)
 OBS: BAIXA TECNOLOGIA: BENS RECICLADOS; MADEIRA E SEUS PRODUTOS, PAPEL E CELULOSE; ALIMENTOS, BEBIDAS E TABACO; TÊXTEIS, COURO E CALÇADOS. MÉDIA-BAIXA TECNOLOGIA: CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL; BORRACHA E PRODUTOS PLÁSTICOS; PRODUTOS DE PETRÓLEO REFINADO E OUTROS COMBUSTÍVEIS; OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS E PRODUTOS METÁLICOS.

TRAUMA DE INFÂNCIA

Com a febre dos biocombustíveis e sua crescente demanda no comércio internacional, reacendeu-se a polêmica sobre a ampliação da monocultura no Brasil, e o temor de o País estar fadado a uma economia baseada em produtos de baixo valor agregado.

De José Bonifácio aos dias de hoje, a produção de cana-de-açúcar é vista com ressalvas. Com o pau-brasil e os escravos, foi um dos principais itens da pauta comercial brasileira no século XVI e ainda continua alvo de denúncias nos campos da justiça trabalhista e dos direitos humanos.

Recentemente, diante da declaração feita por Lula de que a imagem dos usineiros, em dez anos, passou de bandidos para a de heróis nacionais e mundiais em função do etanol, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) reagiu. Declarou à imprensa que são crescentes os casos de trabalhadores em condições análogas à escravidão em canaviais de São Paulo e do Paraná, e que, se o etanol brasileiro é competitivo, isso se deve também à miséria paga aos trabalhadores.

“O Brasil foi criado para ser um fornecedor de commodities. O próprio nome do país deriva disso”, afirma Carlos Eduardo Frickmann Young, professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Por que devemos acreditar que desta vez expandir a exportação de commodities vai trazer o desenvolvimento sustentável, se sua característica é sofrer concorrência por faixa de preço e ser produzida ao custo mais baixo, fazendo o mínimo possível para o trabalhador e para o meio ambiente?”, questiona Young.

Mario Mugnaini Jr., secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, explica por que o governo considera vantajoso transformar o etanol em uma commodity e também incentivar que outros países a produzam. “Transformado em commodity, passa a ter preços formados internacionalmente, o que dá mais segurança em relação à oferta. É perigoso só o Brasil produzi-lo e ficar sujeito a contratos de fornecimento que não poderia honrar.”

Na avaliação de Carlos Eduardo Young, o acordo sobre o etanol entre o presidente americano George Bush e Lula no início de março na prática serviu para os dois governos se justificarem perante a opinião pública, um porque cresce abaixo da média mundial e o outro



CORTESIA COMPANHIA DA MEMÓRIA

porque sofre com a queda de popularidade, depois de campanhas desastrosas no Oriente Médio (leia mais sobre bioenergia e os EUA em entrevista à página 60).

Mas, na avaliação de Young, não será a exportação de commodities – e o etanol soma-se a esse rol – que dará crescimento econômico ao país, e sim produtos agrícolas e industriais de alto valor agregado e tecnologia de ponta.

Quem mergulha de cabeça nesse tema é Marcos Sawaya Jank, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP e presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). Em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, Jank ataca o que chama de “mito da monocultura”, segundo o qual o novo ciclo da cana-de-açúcar levaria a sociedade brasileira de volta ao tempo das Capitanias Hereditárias. Afirma que historicamente o Brasil substituiu as antigas monoculturas trabalho-intensivas por um sistema diversificado de alimentos, rações, fibras e agroenergia. E que há cada vez menos monoculturas, e não mais.

Jank ataca também o que chama de mito do “Brasil fazendeiro”, ao considerar estapafúrdia a tese de econo-

mistas e ex-ministros de que a expansão das commodities – agrícolas, minerais e agora agroenergéticas – produziria a desindustrialização, e que o País trocaria seu futuro industrial e de serviços pela dependência de commodities de baixa tecnologia. Segundo ele, 70% do agronegócio nacional é composto de indústrias e serviços correlatos à agricultura, enquanto o Brasil é líder mundial em tecnologia agropecuária.

“É curioso esse esporte nacional de malhar tudo o que está dando certo. Nossos ídolos são artistas ou jogadores de futebol, raramente empresários e nunca governantes. Se algo está dando certo, ou tem malandragem ou não é tão bom assim”, escreve Jank, arriscando mais uma análise sobre a alma brasileira.

Mugnaini, da Camex, reforça a crítica de Jank contra o mito do “Brasil fazendeiro”: “O Brasil não é um simples exportador de commodities: 55% de sua pauta é formada por manufaturados e semimanufaturados. O maior item é o de material de transporte, o que inclui automóveis, caminhões, tratores, máquinas agrícolas e até aviões”, diz.

O secretário ainda afirma que, apesar de ser uma

ENGENHO VELHO. Para Carlos Eduardo Young, o País nunca vai se desenvolver com base em commodities. Já o governo diz que os EUA são a maior potência mundial e os maiores exportadores agrícolas

commodity industrial, o aço, outro importante item da pauta brasileira, não é tão banal assim: “É estratégico, a China depende muito dele”. E que é preciso cuidado com a crítica às commodities agrícolas. “Os EUA são a maior potência econômica e os maiores exportadores agrícolas do mundo.” Além disso, pondera o secretário, o etanol da cana brasileira tem muita biotecnologia aplicada e importantes pesquisas têm sido feitas no campo do etanol celulósico.

CENTRO-PERIFERIA

Contudo, o gráfico “Do pau-brasil aos aviões” mostra que ano após ano cerca 70% das exportações brasileiras mantêm-se concentradas em produtos de média-baixa tecnologia, de baixa tecnologia e não industriais, conforme classificação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Tal cenário reforça as previsões apresentadas na abordagem centro-periferia, na qual o economista argentino Raúl Prebisch, ao lado de Celso Furtado na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), questionava o sucesso do desenvolvimento de uma América Latina (periferia) condenada a ser mera exportadora de bens primários para os países industrializados (centro).

Se o conceito de desenvolvimento for ligado à expansão das liberdades, como sustenta o prêmio Nobel Amartya Sen, o Brasil tem muito a caminhar. Segundo Eduardo Viola, o comércio é um jogo de cooperação e conflito entre países e agentes econômicos nacionais e transnacionais. O Brasil exporta menos do que ele — e os demandantes de seus produtos — quer e mais do que os competidores desejam.

Isso, em tese, vale para qualquer país. Mas uma declaração do representante de um dos maiores setores exportadores — o de soja — mostra que o mesmo país que bate o pé ao defender sua soberania abaixa a cabeça diante das demandas comerciais mundiais:

“Se eu pudesse, diminuiria a exportação de commodities primárias e a substituiria por produtos agrícolas com maior valor agregado. A questão é que o Brasil precisa seguir a agenda do comércio internacional”, afirma Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

Lovatelli diz que preferiria diminuir a venda de soja

A ABIOVE DIZ QUE GOSTARIA DE VENDER PRODUTOS COM MAIOR VALOR AGREGADO. MAS QUEM DEFINE ISSO É O COMPRADOR

em grão para a China e usá-la para fazer biodiesel — o problema é que o biodiesel ainda não é competitivo sem subsídios do governo. “E não estamos ainda na hora de receber grandes subsídios, senão perderemos nosso poder de argumentação na OMC”, afirma.

Nas negociações multilaterais, o embate é quase sempre dual: países desenvolvidos, que protegem seus produtores com vantajosos subsídios e barreiras, versus países em desenvolvimento, sem apoio do governo e para os quais o comércio livre seria, em tese, oportunidade de gerar renda e reduzir as desigualdades.

Mas o que se viu em Seattle, nos EUA, em 1999, foi uma mostra de quão duvidosa é essa tese. Intensas manifestações da sociedade civil, que chegaram a suspender a realização da terceira conferência ministerial da OMC, questionaram a fundo o papel do comércio internacional e da globalização como instrumento de enriquecimento dos países mais ricos.

COMPORTAMENTO DÚBIO

A esse antagonismo “centro-periferia” some-se outro, de caráter socioambiental: a disputa para decidir

quem arca com os prejuízos da exploração dos recursos naturais, energéticos e humanos e da deposição de resíduos poluentes — as chamadas externalidades, que países em desenvolvimento assumem enquanto países desenvolvidos produzem em seus territórios mercadorias menos intensiva em recursos naturais e energéticos e de maior valor agregado.

Nesse ponto, o governo brasileiro mostra um comportamento dúbio. Ao mesmo tempo que aceita sofrer as externalidades sem cobrar a mais por isso, briga para não receber pneus usados da Europa — e perde a causa pelo fato de ter aceitado a importação de pneus do Uruguai dentro de acordos no Mercosul, o que enfraqueceu sua argumentação, e também devido ao grande número de liminares concedidas pelo próprio Judiciário brasileiro aos importadores.

“O Brasil deveria agir de modo mais coerente em termos ambientais”, defende Ricardo Rose, diretor do departamento de meio ambiente da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha.

Não bastasse arcar com os impactos socioambientais na relação comercial com o mundo desenvolvido,



CORTESIA COMPANHIA DA MEMÓRIA



RICARDO AZOURY/OLYMPIA

o Brasil assume externalidades também com a China. Segundo José Augusto de Castro, da AEB, a China terceiriza o problema do uso intensivo de água e sua contaminação pela produção agrícola ao importar a soja brasileira. “A China não tem mais área agricultável e perde por ano cerca de 300 mil hectares, pois o que era campo está se transformando em áreas urbanas com o aumento vegetativo da população.”

Além disso, diz Castro, pensando em seu futuro, a China tem buscado comprar terras nas regiões do Mato Grosso e do Pará para produção de alimentos, daí seu interesse em investir na expansão da Ferrovia Norte-Sul. E estaria fazendo o mesmo na África, ao investir na infra-estrutura local. “Trata-se de uma nova forma de colonização”, resume.

E por um colonizador que domina muito bem a cartilha do comércio, atividade que pratica há milhares de

HOJE E ONTEM, o País corta suas florestas e dá lugar à agropecuária extensiva. Desta vez, para alimentar um mundo com pouca terra agricultável e ainda arcar com as perdas socioambientais decorrentes disso



AFP PHOTO/JOHN G. MABANGLO

EM 1999, a sociedade civil questionou o papel do comércio no desenvolvimento e na redução das desigualdades, mas quase nada mudou de lá para cá

voltada à exportação, feita em São Paulo, sem mão-de-obra infantil. Mesmo assim, sofre retaliação ao exportar a laranja de São Paulo.

Essa retaliação não deveria servir para o País corrigir um problema social, independente de ocorrer em São Paulo ou no Nordeste? Para Barbosa, o problema deve ser corrigido, e o governo tem atuado nesse sentido. Mas isso não pode ser misturado ao jogo comercial.

Segundo Mugnaini, o governo propositadamente evita interligar questões comerciais, ambientais e sociais. “As trabalhistas devem ser tratadas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, as ambientais, nos seus diversos fóruns, e as comerciais, na OMC. Se misturarmos o tema comercial com o ambiental e o social, vai se criar uma arma muito forte de barreiras contra o Brasil. Um piquete em uma única fábrica, por exemplo, poderia ser generalizado e barrar acordos internacionais”, argumenta.

A mesma falta de interligação entre os temas parece permear a forma como o Brasil tem tratado seu mais novo trunfo comercial. Antes disso, parece haver também uma falta de planejamento.

“O Brasil está muito empolgado, mas fato é que não existe uma política brasileira do etanol”, diz Castro, da AEB, para quem há risco de uma superprodução. Segundo ele, a exportação brasileira de álcool saltou de US\$ 77 milhões para US\$ 882 milhões em apenas um ano, de 2005 para 2006.

“Se o mundo voltar os olhos para outra tecnologia energética, o que o Brasil vai fazer com tanta cana? O mesmo que fez com o café na década de 30, quando precisou queimá-lo?”, questiona Ricardo Rose, da Câmara Brasil-Alemanha. Segundo ele, a janela de oportunidade da bioenergia no Brasil com a cana deve durar 10 a 15 anos. “É um ciclo que possivelmente será substituído pela célula a hidrogênio.”

Eli da Veiga, da USP, não pensa muito diferente. “Antonio Ermírio de Moraes, um empresário de visão, diz que o etanol é o combustível do futuro. Mas temo que esse ciclo dure apenas 20 ou 30 anos, até a revolução do hidrogênio”, afirma.

Se os especialistas estiverem certos, cabe aos brasileiros levantar do esplêndido berço que a natureza lhes deu e caminhar para além dos canaviais. ■

anos. “Lembrem-se das sementes cor-de-rosa embargadas pela China em 2004 (em que grãos de soja brasileira com fungicida foram rejeitados nos portos chineses, ação considerada na época uma manobra para reduzir estoques e elevar o preço). Percebemos que barreiras sanitárias, políticas e ambientais serão cada vez maiores. Isso já virou massa de manobra. Por isso resolvemos nos precaver, de forma proativa”, diz Lovatelli, da Abiove.

Em julho de 2006, a entidade anunciou a interrupção da compra da soja de áreas desmatadas do bioma amazônico. Lovatelli frisa a palavra bioma porque a Amazônia Legal engloba áreas de Cerrado, bioma não contemplado na moratória.

“O que precisa haver é certificação”, afirma José Eli da Veiga, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP. Ele argumenta que uma produção eventualmente feita de forma correta sob critérios socioambientais pode ser penalizada por estar acima da linha de corte definida pela Abiove, enquanto produtores abaixo da linha que não têm essa preocupação conseguem mercado.

De qualquer forma, a iniciativa é um passo que evidencia a crescente influência da questão socioambiental nas práticas de produção, ainda que a OMC passe ao largo dessa preocupação.

“O mercado é que tem arrumado isso”, diz Mug-

naini. Segundo ele, estão sendo criadas disciplinas e especificações sobre produtos agrícolas nas legislações dos EUA e de países da União Européia, que exigem rastreabilidade, segundo a qual é possível rastrear, por exemplo, quais tipos de fertilizante e agrotóxico foram usados em determinado produto agrícola, e que alimentação e medicação foram ministradas em cada animal.

Leontino Balbo Jr., diretor da Usina São Francisco, maior exportadora de açúcar orgânico do mundo por meio da marca Native, afirma que nas décadas de 1980 e 1990 a população européia começou a ficar com medo dos alimentos. E o que antes era um desejo de pequenas empresas de se diferenciar em nichos por meio de produtos orgânicos transformou-se em estratégia de sustentabilidade para as grandes companhias. “Entramos na era da alta industrialização dos orgânicos”, diz Balbo, que tem hoje como maior cliente a Danone, além de Kraft Foods, British Sugar, Oetker, General Mills, Sumitomo e Natura, entre outros.

A Native, um dos casos estudados na dissertação de mestrado defendida por André Pereira de Carvalho na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, intitulada *Rótulos ambientais orgânicos como ferramenta de acesso a mercados de países desenvolvidos*, exporta mais de 90% de sua produção de açúcar orgânico, tendo Estados Unidos,

PARA O GREENPEACE, O GOVERNO NÃO GOSTA DE CERTIFICAÇÃO PORQUE ISSO QUESTIONA SUA CAPACIDADE DE ADMINISTRAÇÃO

PÉ NA TERRA

Especialistas atentam para o risco de superprodução de etanol, diante da falta de política nacional e da possibilidade de o ciclo da cana não durar muitas décadas



O homem e a hora DO PERIGO

✦✦✦ POR ANDRÉ CARVALHO

Em tempos de louvação ao livre-comércio, parece não haver alternativa aos países não desenvolvidos que não a de ecoar, em uníssono, o refrão da liberalização comercial como única esperança de desenvolvimento de suas economias, em um quadro internacional em que predominam as cores da integração global de cadeias produtivas e de mercados financeiros.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a expansão do comércio internacional é inegável: de acordo com a Organização Mundial de Comércio (OMC), entre o início da década de 1950 e o ano de 2005, as exportações mundiais de mercadorias cresceram cerca de 120 vezes, em valores correntes, de aproximadamente US\$ 100 bilhões para um patamar de US\$ 10 trilhões, desconsiderando-se nesses números o comércio internacional

de serviços. Ao longo desse período de expansão vertiginosa, a Europa manteve-se como principal exportador de mercadorias e a Ásia se consolidou como o segundo bloco exportador de mercadorias já no início da década de 1990 (gráfico abaixo).

A expansão do comércio internacional relaciona-se a questões ambientais na medida em que as atividades econômicas se baseiam na conversão de recursos naturais em matéria-prima de processos produtivos, em energia, ou em recipiente para o descarte dos resíduos gerados nessas atividades.

Além disso, o acesso aos recursos naturais é fundamental às atividades econômicas de qualquer nação. Mas tão importante quanto o acesso é a forma como ele se dá. O comércio pode trazer benefícios ao meio ambiente, por exemplo, ao refletir nos processos produtivos os padrões ambientais de consumidores mais sensíveis a questões ambientais. A relação pode ser negativa, contudo, se resultar em depleção desmedida de um recurso natural por conta do crescimento do fluxo comercial.

No início de 2007, as questões ambientais ganharam destaque nas esferas de discussão sobre comércio internacional. Logo após a divulgação da versão preliminar do quarto relatório de avaliação da saúde da atmosfera produzido pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, afirmou que “o comércio e, portanto, a OMC devem ser desenhados de forma a proporcionar desenvolvimento sustentável”. A frase foi dita no Fórum Global do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) realizado em Nairóbi.

Dias depois, a União Européia anunciou a decisão de incluir critérios ambientais em todos os acordos comerciais que se encontram em negociação. A iniciativa



responde a pressões tanto de ONGs ambientais quanto de empresas que atribuem às exigências mais brandas de proteção ambiental a competitividade de alguns setores produtivos de países em desenvolvimento.

A lista de países envolvidos nessas negociações em curso inclui Índia, Coréia do Sul e nações da Comunidade Andina e da América Central, mas o recado serve também a *nosotros*, em especial, ao agronegócio exportador instalado no Mercosul, questionado por conta da não internalização de passivos ambientais ao longo da cadeia produtiva, o que pode ser entendido como *dumping* ambiental. Buscando amainar a fumaça, mas não o fogo, a diplomacia brasileira se apressou em declarar que não aceitará a inclusão de questões ambientais na agenda de negociações do acordo comercial entre União Européia e o Mercosul.

O exemplo recente de disputa comercial adornada por questões ambientais pode parecer uma novidade catalisada pela maior exposição do tema no período imediatamente posterior à divulgação de dados pelo IPCC, marcado ainda pela dupla premiação do documentário *Uma Verdade Inconveniente* na noite de entrega do Oscar. Porém, a disputa é apenas mais um interlúdio em um longo enredo que se desenrola desde 1991, quando o Grupo sobre Medidas Ambientais e Comércio Internacional (Emit) do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) se reuniu pela primeira vez, 20 anos após sua criação oficial.

Em seus mais recentes capítulos, o enredo explicita a consolidação de uma nova forma de protecionismo por parte dos países desenvolvidos, marcado pela aplicação de medidas sanitárias, fitossanitárias e de proteção ambiental a produtos alimentícios.

A QUESTÃO AMBIENTAL AINDA NÃO PASSOU DE SIMPLES MOEDA DE TROCA NO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO

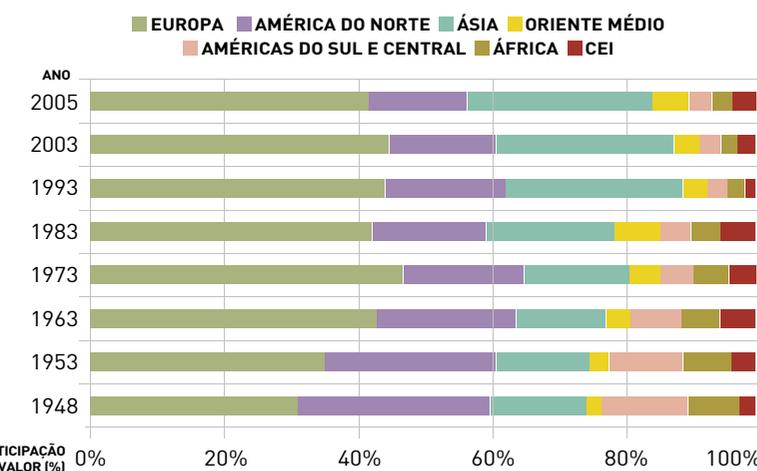
Para os países não desenvolvidos, a inclusão da temática ambiental é mera encenação que tem como objetivo compensar setores agroindustriais de forma dissimulada, em um período em que o tema do protecionismo agrícola é reconhecido como um dos principais entraves ao avanço da Rodada de Doha, no âmbito da OMC.

Como o foco principal das negociações multilaterais referentes à agricultura está na redução dos subsídios e das tarifas alfandegárias praticadas pelos países desenvolvidos, a emergência da preocupação ambiental, em uma visão simplificadora, significa nada mais do que uma nova estratégia protecionista daqueles que conclamam o mundo à liberalização comercial.

O debate sobre o grau de dissimulação da preocupação ambiental desse ou daquele país pode ser um

A ÁSIA AVANÇA

PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE MERCADORIAS, POR REGIÃO (1948 - 2005)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA OMC (2006, P. 26). OBS.: CEI É A COMUNIDADE DE ESTADOS INDEPENDENTES. OS NÚMEROS UTILIZADOS PARA A CEI, ANTERIORES À DÉCADA DE 1990, SÃO PROJEÇÕES ADAPTADAS DA ANTIGA UNIÃO SOVIÉTICA.

A OMC É INDIFERENTE A MÉTODOS E PROCESSOS USADOS NA PRODUÇÃO.

experimento sociológico tão lúdico quanto inconclusivo, ainda mais se levarmos em conta o que o poeta piauiense Torquato Neto postulou como a melhor maneira de se identificar a raça humana: “Leve um homem e um boi ao matadouro. O que berrar mais na hora do perigo é o homem, nem que seja o boi”. Distinguir quem finge, neste caso, é um tema irrelevante diante da urgência da questão ambiental.

É certo que, em relação ao meio ambiente, todos os países são livres para estabelecer suas legislações de proteção e conservação, atendendo aos interesses nacionais e ao desejo de suas sociedades. Na medida em que as leis nacionais interferem direta ou indiretamente nos fluxos de comércio internacional, sobrepõe-se ao espaço de autonomia da legislação ambiental a zona de influência dos princípios e acordos da OMC. É nessa zona nebulosa que se busca saber até que ponto a legislação ambiental, ou um padrão que a reflita, pode funcionar como barreira técnica injustificada ao comércio internacional.

Não seria um devaneio, contudo, afirmar que a questão ambiental ainda não passou de moeda de troca no sistema multilateral de comércio, o que parece fazer todo sentido quando se leva em conta que tal espaço é, por definição, de negociação.

Mas uma percepção distinta pode aflorar se for considerado que já no preâmbulo do Acordo Constitutivo da OMC — criada em 1995, ou seja, após a Rio-92 — reconhece-se que “(...) as relações na esfera comercial e

econômica devem ser conduzidas de forma a elevar os padrões de vida, assegurando o pleno emprego e um abundante e constante crescimento de renda e demanda efetiva, expandindo a produção e o comércio de bens e serviços, permitindo ao mesmo tempo a utilização ótima dos recursos mundiais em conformidade com o objetivo do desenvolvimento sustentável, buscando proteger e preservar o meio ambiente, fazendo-o de forma adequada às respectivas necessidades e interesses dos diferentes níveis de desenvolvimento econômico.”

Deve-se levar em conta que a OMC não é, nem pretende ser, uma agência de proteção ambiental. É difícil compreender, porém, como o comércio internacional pode ser um meio para que os países que operam no sistema multilateral caminhem em direção ao desenvolvimento sustentável se os métodos e processos empregados na produção de uma mercadoria qualquer só podem ser objeto de restrições comerciais quando relacionados a impactos ambientais gerados pelo seu consumo.

Validar restrições comerciais baseadas em atributos de uma mercadoria e não considerar barreiras fundamentadas em exigências sobre os métodos e processos utilizados em sua produção significa dizer que o modo de se fazer um produto é indiferente.

Por essa lógica, uma prancha de madeira obtida através de práticas de manejo florestal é a mesma coisa que outra cuja origem é o desmatamento ilegal, já que as externalidades ambientais resultantes do consumo do

ASSIM, PREMIAR PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS ESTÁ NA MÃO DO MERCADO

produto, no país-destino, são as mesmas.

Mesmo considerando que nesses casos os rótulos ambientais, como o do Forest Stewardship Council (FSC), desempenham uma importante função, deixando ao consumidor final a opção de diferenciação, deve-se perceber que esta é uma alternativa de mercado e não uma abordagem institucional da OMC.

Assume-se, assim, que, embora vivamos em um mundo ecologicamente interconectado, padrões ambientais menos rigorosos podem ser aceitos desde que em regiões distantes dos países desenvolvidos. A política do *not in my backyard* justifica, por exemplo, a exportação de pneus usados para países não desenvolvidos, como o Brasil — fluxo comercial que certamente não seria permitido na mesma direção, mas com sentido inverso.

Nesse cenário, repleto ou não de dissimulação, o Brasil pode desempenhar papel bastante relevante no

que diz respeito ao avanço da discussão ambiental no âmbito do comércio internacional, por quatro motivos, ao menos: (i) cerca de 50% das exportações são baseadas em produtos não industriais ou de baixa tecnologia, ambos intensivos em recursos naturais e mão-de-obra, tendo sido responsável em 2005 por 4% das exportações mundiais de produtos agrícolas; (ii) a alta competitividade brasileira no setor agrícola, especialmente em produtos como cana-de-açúcar e soja, é questionada por conta da não internalização de passivos ambientais ao longo da cadeia produtiva, o chamado *dumping* ambiental; (iii) o País possui parte significativa da biodiversidade mundial; e (iv) é um dos líderes do G20, reconhecido como ator relevante no âmbito da OMC. Na verdade, o G20 reúne 21 países, nove dos quais exportadores líquidos de produtos agrícolas, com destaque para Brasil, Índia, China e África do Sul.

APOSTA CONTRA A BANCA

A postura do País nesse debate, contudo, remete à posição adotada na Conferência de Estocolmo, em 1972, como se percebe pela declaração do então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luis Carlos Guedes Pinto (recém-substituído por Reinhold Stephanes), em entrevista à *Folha de S.Paulo*, em dezembro de 2006: “Temos problemas, mas não podemos aceitar que aqueles que destruíram os recursos naturais do planeta venham nos dar lição de moral e dizer o que fazer. Se a Amazônia tivesse sido ocupada pelas potências européias, dificilmente o País teria esses 69,4% de florestas”.

Entende-se a necessidade de defesa dos interesses comerciais do Brasil, ainda mais com a representativa participação na pauta de exportações de setores como os ligados ao agronegócio e à mineração.

Mas reduzir a discussão sobre a interface de temas ambientais e comerciais à mera disputa pelo direito de converter capital natural em capital produzido é abdicar do papel de protagonista na definição de modelos de inserção internacional de países não desenvolvidos e plenos em biodiversidade, em troca da função coadjuvante que ajuda a repetir modelos de desenvolvimento que, ainda que tenham obtido sucesso localmente, não o fizeram em nível global.

Em um mundo ecologicamente interconectado, essa postura significa apostar contra a banca, ou, retomando Torquato Neto, acreditar que o homem não berrará, sem dissimulação, na hora do perigo. ■



ÍNTIMA RELAÇÃO

Entre o início da década de 1950 e o ano de 2005, as exportações mundiais cresceram 120 vezes. Isso afeta em cheio o meio ambiente, pois significa conversão de recursos naturais em matéria-prima e energia e geração de resíduos.



Um mundo a **EXPERIMENTAR**

O INVESTIMENTO INTENSIVO EM NOVAS **TECNOLOGIAS DA BIOMASSA**, DENTRO DE UM CAPITALISMO COM PREOCUPAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS, DARIA AO BRASIL CONDIÇÕES DE **ABRIR UM NOVO CAMINHO PARA A HUMANIDADE**, DIZ IGNACY SACHS

■ ■ ■ POR AMÁLIA SAFATLE E FLAVIA PARDINI

PÁGINA 22: O que a bioenergia significa para o Brasil?

IGNACY SACHS: O Brasil está vivendo um momento de excepcional importância. O que parecia uma possibilidade, a expansão da bioenergia, praticamente pode ser considerada uma certeza. O mundo acordou, talvez, tarde demais, mas acordou. E está querendo resolver esses problemas. Para o Brasil não é só a substituição das energias fósseis: é uma oportunidade única de avançar no debate sobre um projeto nacional, sobre o papel que poderia desempenhar neste projeto nacional: um ciclo de desenvolvimento rural baseado na revolução duplamente verde, não apenas a revolução produtiva, mas conseguindo os objetivos produtivos com o respeito à natureza, e voltados ao agricultor familiar.

22: O quanto o governo está aberto a esse tipo de sugestão?

IS: Se a gente olhar as reuniões que houve sobre reforma agrária promovida pela FAO no ano passado, em Porto Alegre, e pensar nos delineamentos do programa do biodiesel, existe neste governo uma consciência desses problemas. A questão é até onde vai essa consciência na definição da estratégia de desenvolvimento – a supor que haja uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo do País. Essa é a mensagem central de Celso Furtado nos últimos anos de sua vida: temos que pôr em execução um projeto

nacional. Não vejo sinais aparentes de que essa discussão esteja acontecendo.

22: Existe essa demanda por parte da sociedade? Como o senhor vê os movimentos sociais?

IS: Todo mundo fala em projeto nacional, mas entre o discurso, a retórica, e a prática vai uma distância muito grande. A bioenergia pode mudar o futuro do Brasil rural num sentido muito positivo ou num sentido extremamente negativo, porque podemos construir a mesma matriz energética em modelos sociais diametralmente opostos. Uma agricultura sem homens, altamente mecanizada, e os refugiados do campo nas favelas. Este é um dos cenários que pintam.

22: O senhor propõe a criação de uma Agência Nacional de Bioenergia para que se estabeleça essa política no País?

IS: Meu papel não é propor. Apenas diria que precisamos ser claros. Deveríamos definir uma estratégia de promoção da bioenergia que utilize critérios ambientais, sociais e econômicos, que tente substituir o mais rápido possível as energias fósseis por renováveis, que o faça de maneira a gerar o máximo de oportunidades de trabalho decentes e que seja economicamente viável. Os critérios do custo mínimo não atendem por si sós aos critérios sociais e ambientais. Devemos ter

algum instrumento de política pública que corrija aquele custo-benefício.

22: Como essa política tem de ser construída? Com a participação da sociedade, as várias áreas do governo?

IS: Para mim, dentro do que eu chamaria de “capitalismo reformado”, é óbvio que essas políticas têm de ser negociadas entre todos os *stakeholders*, ou seja, todas as forças sociais interessadas em uma negociação, que, a meu ver, será cada vez mais quadripartite – empresários, trabalhadores, Estado e a sociedade civil organizada.

22: Esse debate já não é tardio? Não deveria ter acontecido antes da febre atual em torno da bioenergia?

IS: Nunca é tarde demais enquanto não morremos. Não vamos discutir se perdemos anos preciosos, mas coloquemos a mão na massa! Vamos discutir os instrumentos de política que podem ser fiscais, creditícios ou administrativos. O capitalismo reformado reconhece a importância do mercado e, ao mesmo tempo, a necessidade de regulá-lo e de regulá-lo sob critérios sociais e ambientais.

22: O capitalismo reformado existe na prática em algum lugar?

IS: Surgiu no fim da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo funcionava com base em três idéias, reconhecidas dos dois lados da Cortina de Ferro: o pleno emprego deveria ser o objetivo social número 1, mas isso não bastava, era preciso o funcionamento de um estado protetor, um Welfare State. E, para não desperdiçar recursos, era preciso planejar. Assim tivemos 30 anos do que alguns chamaram de a idade de ouro do capitalismo, de 1945 a 1965. Com crescimento econômico, impactos sociais razoáveis e destruição



FOTOS: PEDRO BICUDO

IGNACY SACHS é diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris

“TENHO MEDO DE QUE SE O BIODIESEL COMEÇAR SÓ PELA SOJA, HAVERÁ UMA DINÂMICA DIFÍCIL DE SUBSTITUIR”

maciça do meio ambiente. A partir daí veio a revolução ambiental nos 60 e início dos 70. No mesmo período, o socialismo real começou a entrar em colapso com a invasão da Tchecoslováquia e, 20 anos depois, terminou com a queda do Muro de Berlim. O socialismo real perdeu encanto aos olhos de grande parte da opinião pública ocidental e entramos em fase de contra-reforma capitalista, que tentou voltar para o capitalismo puro e duro, levando ao Consenso de Washington e a outras aberrações. Não temos de voltar para trás, mas repensar as tarefas para o futuro em uma visão de capitalismo reformado, que não se subordina ao mercado.

22: Hoje há um consenso mundial de que é preciso reduzir a dependência do petróleo. Até nos EUA é perceptível essa consciência, mas na verdade isso vem vindo há muito tempo. O que foi que fez mudar “a chavinha” ali?

IS: Tem dois elementos importantes. Primeiro, o discurso dos cientistas sobre o aquecimento global, que começou a chegar à cabeça dos responsáveis. Segundo, e mais importante: a enorme vulnerabilidade do mundo em função da dependência do petróleo do Oriente Médio e a catástrofe da guerra do Iraque. Não por acaso, um dos mais influentes estudos americanos sobre a necessidade de substituir as importações de petróleo pelos biocombustíveis e pela conservação da energia foi co-financiado pelo Pentágono. Os militares devem ter entendido que a hipótese da manutenção das linhas de abastecimento do Oriente Médio vai custar cada vez mais em dinheiro e recursos humanos e em perda de prestígio dos EUA.

22: É uma mudança de estratégia nacional dos EUA bastante radical?

“ASSIM COMO AS PETROLÍFERAS DEVEM VIRAR EMPRESAS DE ENERGIA, AS FABRICANTES DE PAPEL E CELULOSE DEVERIAM VIRAR EMPRESAS DE BIOMASSA”

IS: Quando eles decidem mudar, têm essa capacidade de mobilização, o que foi sempre uma das características do dinamismo americano. Lembrem-se do Manhattan Project para fazer a bomba atômica. Os militares têm esse raciocínio: precisa de bomba atômica, vamos fazer a bomba atômica.

22: Precisa do etanol, vamos lá!

IS: Vamos lá. Hoje estão fazendo a partir do milho, o que é um absurdo, mas estão investindo em fábricas de etanol celulósico. O Brasil bem faria em olhar a coisa de perto. O Brasil tem tudo para acompanhar isso, mas as condições do mercado mundial vão mudar.

22: É possível que a solução do etanol celulósico venha dos EUA?

IS: É certo que ela vai partir, entre outros lugares, de lá. As patentes existem inclusive no Brasil. A Dedini tem uma patente para produzir etanol a partir do bagaço. Só que é caro. Portanto, a grande competição dos próximos anos será a seleção das enzimas que permitem baixar sensivelmente o custo da hidrólise enzimática. Ouvi falar que as enzimas mais interessantes foram identificadas no estrume do elefante e nas entranhas da saúva. Incrível, mas o elefante e a saúva têm uma coisa em comum: comem muita celulose.

22: O Brasil está estudando isso?

IS: O Brasil entra nessa competição com uma vantagem comparativa forte na questão do etanol. Agora, dormir sobre os louros não seria razoável. Essa competição internacional vai depender muito da pesquisa. Para quem tenta estudar o caso brasileiro de fora, como eu, há sempre um grande número de informações que não tem como aceitar ou descartar. Li, por exemplo, no boletim da Fapesp, a informação de que no caso do óleo

de pupunha pode-se chegar a 20 mil litros (*de biodiesel*) por hectare, o que seria três vezes ou mais que o dendê. É verdade ou não, quando saberemos? Posso lhes falar de uma experiência vivida. A coisa deve datar do fim dos anos 70. O então secretário de Agricultura de Pernambuco me levou ao interior e, ao passar na frente de uma cerca, disse “Essa é a cerca que vai resolver os problemas futuros de energia do Brasil, porque aqui andou o prêmio Nobel de Química (*Melvin*) Calvin, que disse: este é o futuro energético do mundo”. Há três anos, eu perguntei: vocês fizeram o dever de casa? Porque, por mais Nobel que ele seja, pode ter se enganado. Acho que hoje o dever de casa não foi feito. Os agrônomos brasileiros têm uma visão cautelosa do pinhão-manso, considerada a planta-milagre no resto do mundo. Acabam de publicar um artigo assinado por dez ou mais agrônomos de diferentes extensões da Embrapa, dizendo: somos insuficientemente seguros em relação ao pinhão-manso para avançar nessa direção.

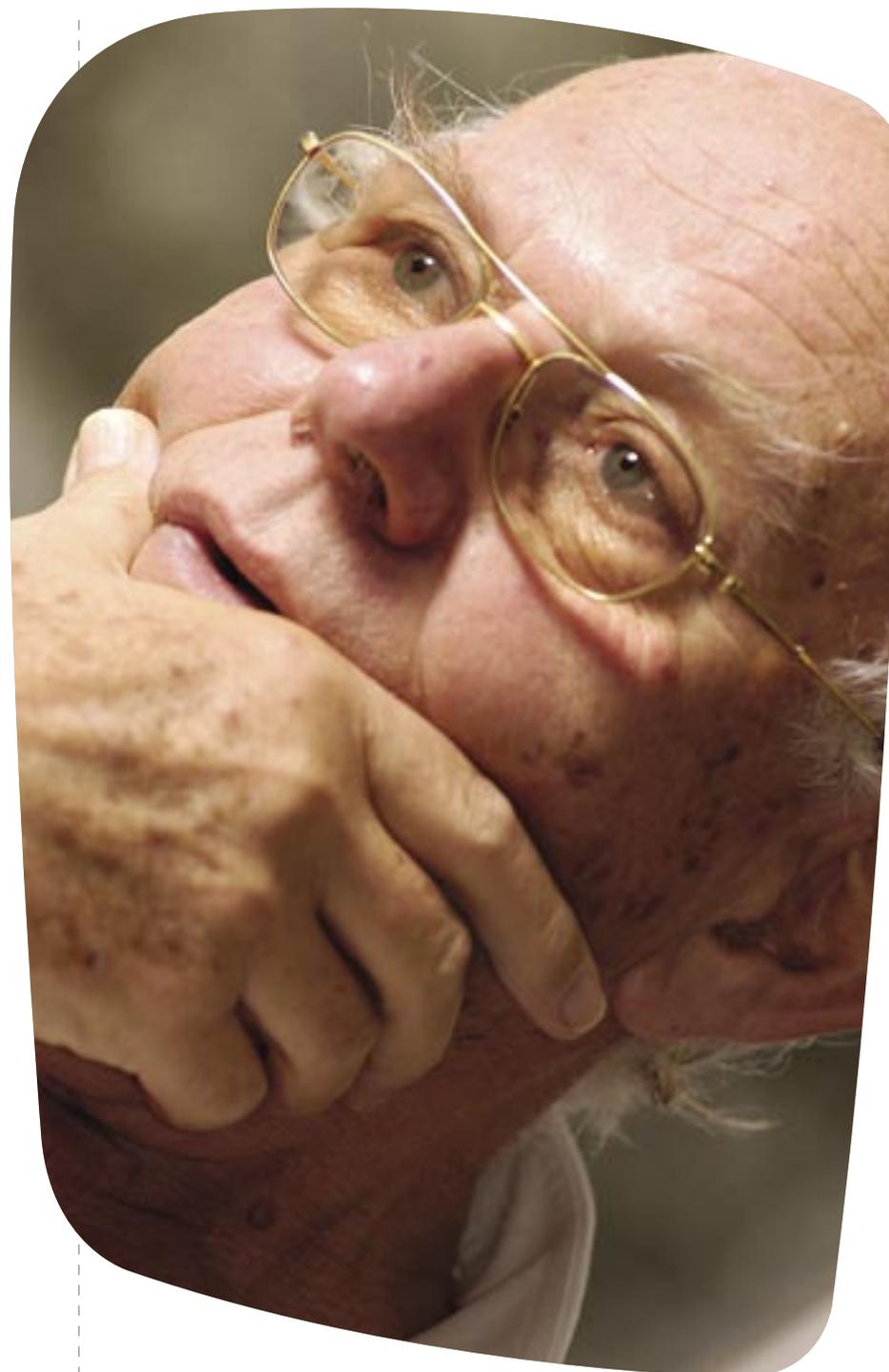
22: O fato de se obter o biodiesel da soja não inibe esses estudos?

IS: Essa é uma boa pergunta. O que vai resultar da conjunção dos interesses dos grandes produtores de soja com a urgência que passa a ter a substituição da energia fóssil pelos óleos vegetais, em face das diferentes alternativas para se atingir esse objetivo? Há quem diga: vamos deixar a soja no começo e substituí-la gradativamente por outras culturas. Tenho muito medo de que, se começar pela soja, vai ter uma dinâmica difícil de controlar e substituir. Os interesses dos produtores da soja são evidentes. Não vejo o que poderia impedir esse avanço. O Programa Brasileiro de Agroenergia diz com propriedade que é possível avançar sem pôr

em xeque a segurança alimentar e sem entrar nas florestas nativas. Essa possibilidade existe, a pergunta é se será respeitada. A questão não é se falta terra, mas qual é a terra mais barata. O momento chegou para tentar definir sistemas integrados de produção de alimentos e energia, jogando com a palavra “sistema” e não com a palavra “co-habitação” de cadeias produtivas separadas. Veja o enorme potencial de integração do biodiesel com a pecuária. O biodiesel produz farelos e tortas em quantidade enorme. A pecuária brasileira é extensiva. Ao jogar sobre a integração da pecuária com o biodiesel, dá para liberar pastagens para a produção de alimentos. Tem um mundo de coisas para experimentar. O difícil é aceitar a idéia de que vamos continuar a expandir a cana-de-açúcar sem olhar para o aspecto social, sem colocar como parte dessa estratégia uma saída ao modelo bóia-fria. O bóia-fria não faz parte do meu modelo social para o Brasil do futuro (*risos*). Alguns dizem: de qualquer maneira não haverá mais bóia-fria, pois a lavoura será toda mecanizada...

22: Isso pega o cidadão brasileiro todo dia na questão da violência e não se percebe a relação entre uma coisa e outra.

IS: Temos três desafios no século XXI: fazer face à mudança climática, tardiamente, esperando que ainda dê tempo. Segundo, administrar a alternativa ao petróleo não porque vai faltar, mas porque cria um perigo geopolítico terrível para o mundo. E, terceiro, enfrentar o mais importante desafio social da história: o déficit crescente de oportunidades de trabalho decentes. A idéia de que a indústria vai absorver os excedentes rurais, o que aconteceu na Europa, não se repetirá no século XXI. Aqui tem mais gente na zona rural



do que as estatísticas do IBGE mostram.

22: O senhor já disse que o futuro do Brasil é o reflorestamento...

IS: Vocês têm 5 milhões e meio de hectares de florestas plantadas. E 50 milhões a 100 milhões de hectares de áreas que foram desmatadas e deveriam ser replantadas. A opção do plantio de florestas econômicas consorciadas com outras atividades – para que não seja novamente geração de monolatifúndio – é o grande futuro do Brasil, porque aqui as árvores crescem muito depressa.

22: Seriam florestas para quê, para madeira, para papel, para álcool?

IS: Da mesma forma que petrolíferas devem virar empresas de energia, as fabricantes de celulose e papel deveriam virar empresas de biomassa. Porque essa biomassa de origem florestal serve para fazer papel, todos os derivados de madeira, energia, carvão vegetal, construção, outras fibras – a Hugo Boss está vendendo camisas de bambu. Portanto, vocês têm um enorme leque de coisas para fazer a partir da árvore. Esse é o desafio do momento. Biomassa é alimento, é ração animal, é bioenergia, é adubo verde, é material de construção, é matéria-prima para todas as indústrias, é a química verde, farmacologia e cosmética. Tudo isso é biomassa. Saberemos caminhar para essa civilização, dentro dos preceitos da revolução duplamente verde e orientada para a geração de um grande número de oportunidades de trabalho decentes? Aí o século XXI será bem diferente dos dois anteriores, dominados pela industrialização à base de energia fóssil, barata. É um novo caminho que se abre para a humanidade. Ou saberemos fazer isso ou não teremos...

22: ...Século XXII!





O mercadinho CONTRA-ATAÇA

✦ POR REGINA SCHARF

Nos Estados Unidos, a comida costuma ser mais viajada do que os seus consumidores. Diversos estudos indicam que os hortifrutigranjeiros percorrem, em média, 2.400 quilômetros até chegar ao prato do cidadão americano. É como se os paulistanos só comessem alimentos vindos de Maceió.

Com frequência, o produto sai da fazenda ou da indústria e pega a estrada para ser embalado em uma central de distribuição do outro lado do país. Daí é repatriado para o local de origem ou enviado para outro canto. Isso, quando não é importado.

Esse périplo exige uma barbaridade de combustível, embalagens complexas, câmaras refrigeradas e conservantes — o que manda a sustentabilidade para a cucuia. Os custos ambientais do transporte de alimentos e outras mercadorias a grandes distâncias são capazes de anular os benefícios obtidos por um cultivo orgânico, um manejo certificado ou uma operação de comércio justo.

O MOVIMENTO PELO COMÉRCIO LOCAL TEM ARGUMENTOS ECONÔMICOS A SEU FAVOR. MAS HÁ GANHO AMBIENTAL TAMBÉM

No combate a essa tendência, ganha força o movimento Buy Local — a valorização do comércio e dos produtos locais, em um engajamento socioambiental legítimo, temperado com uma pitada de chauvinismo. É o tipo de militância que floresce nos países ricos mas demora a decolar no Brasil.

Seus partidários compram direto dos produtores rurais, preferem as lojas de bairro, evitam alimentos importados, promovem campanhas contra as multinacionais, as hiperlivrarias e os megamercados. Trocam o Walmart, maior varejista do planeta, com um faturamento de algumas centenas de bilhões de dólares anuais, por feiras livres onde os fazendeiros oferecem seus produtos sem passar por atravessadores. Graças à demanda, nos EUA elas já são mais de 3.800, pelo menos o dobro do que uma década atrás. Há cidades — com destaque para San Francisco, na Califórnia, onde o Buy Local tem boa aceitação — que viram seus cinturões verdes crescer expressivamente nos últimos anos.

Alguns supermercados também resolveram apostar nesse nicho e reduziram o raio onde vão buscar fornecedores. É o caso do New Seasons, rede que atua

no Oregon, ao norte da Califórnia. Um quarto de suas mercadorias traz uma etiqueta amarela indicando que se originou no próprio estado. O leite vendido ali passa apenas por pasteurização rudimentar, ou nem isso, já que não precisa ter data de validade a perder de vista.

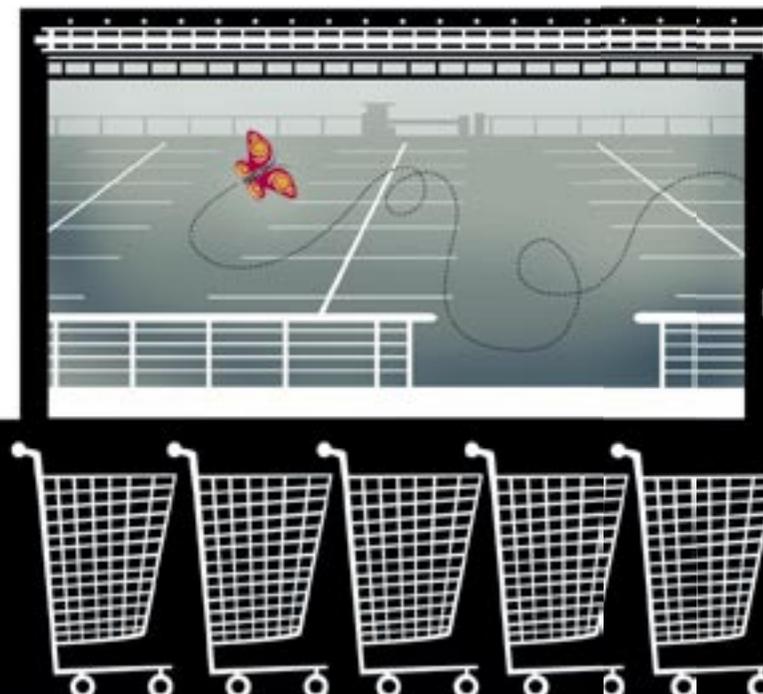
A bíblia do movimento é o livro *The Small-Mart Revolution* (algo como *A Revolução do Mercadinho*), do economista Michael Shuman, que detalha estratégias que têm permitido que o pequeno comércio supere em resultados os líderes de seus ramos e as distorções do mercado.

Para ele, as “lojas de bairro” tomam a economia local mais vibrante e criam proporcionalmente mais empregos e riqueza, além de reduzir a necessidade de transporte (pois estão nos centros e bairros residenciais) e melhorar os padrões trabalhistas (afinal, elas não pulam de um lugar para o outro em busca de mão-de-obra barata).

De fato, o principal argumento dos defensores do

THE SMART REVOLUTION

As feiras livres onde produtores vendem direto aos consumidores já somam 3.800 nos EUA. Um estudo mostrou que, de US\$ 100 gastos em uma hiperlivraria como a Borders, apenas US\$ 13 ficam na economia local. Em uma pequena livraria, o saldo sobe para US\$ 45



Buy Local é econômico, não ambiental. Empresas nacionais ou transnacionais costumam enviar à matriz o grosso dos lucros, enquanto os empreendedores locais gastam seus proventos na comunidade onde operam.

Um estudo realizado pela Civic Economics, uma consultoria em planejamento estratégico, comparou o impacto econômico de uma loja filiada à rede nacional de livrarias Borders, que mantém 1.300 unidades em diversos países, ao de duas pequenas livrarias sobre a vida econômica de Austin, no Texas.

Concluiu que, de cada US\$ 100 gastos na Borders, apenas US\$ 13 ficam na cidade. O resto é enviado para a matriz, em Ann Arbor, no estado de Michigan, do outro lado do país, e utilizado para pagar acionistas, dirigentes, depósitos, transportadoras, equipes de marketing — tudo isso bem longe de Austin. Em contraste, US\$ 45 dos US\$ 100 gastos nas pequenas livrarias permanecem na economia local.

Esta foi uma das justificativas para a adoção, no início deste ano, de uma lei municipal que dá aos vereadores de Austin o poder de vetar a instalação de operações comerciais de grande porte, após a realização de uma audiência pública.

Mas o Buy Local também tem argumentos ambientais. Em abril do ano passado, a Amigos da Terra britânica lançou uma campanha em defesa do comércio de rua. Para a entidade, as pequenas lojas, além de oferecer atendimento personalizado e calor humano, são mais eficientes do ponto de vista energético — 60 mercearias emitiriam tanto gás carbônico quanto um supermercado médio.

Os mais apressados dirão que esse movimento é o princípio do fim da globalização. Calma. Muitos preferem coçar a orelha esquerda com a mão direita. Da mesma forma, o consumidor médio parece gostar de pegar o carro, atravessar a cidade e enfrentar um shopping lotado para comprar algo que encontraria facilmente no seu bairro. Mas é reconfortante saber que alguém ainda se interessa pelo destino do mercadinho da esquina. ■

